

Projecto Integrado de Segurança Alimentar de Cacheu (PISAC)  
CE: FOOD/2003/057-028/109

# **Estudo Socioeconómico e Diagnóstico para Acompanhamento das Condições de Bem-Estar das Famílias da Região de Cacheu**

Brígida Rocha Brito



Novembro de 2006

## **FICHA TÉCNICA**

### **Coordenação e Autoria do Estudo**

Brígida Rocha Brito

### **Inquiridores (AD)**

Adelino Cafeguimbo, Ademir Ferreira, Armando Sampa,  
Flaviano Correia, Francisco Arafan, João Gomes, Leandro  
Júnior, Neto Gomes, Numó Gomes, Simôncio Oquine

### **Composição e Edição**

Instituto Marquês de Valle Flôr - Acção para o Desenvolvimento

### **Co-financiamento**

Comissão Europeia

### **Apoio**

IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

### **Concepção gráfica**

Diogo Lencastre

### **Impressão**

Gráfica Europam Lda.

### **Tiragem**

500 exemplares

## Índice

Nota Prévia .....	5
Índice de Quadros, Gráficos e Mapas .....	7
Apresentação .....	9
Contextualização .....	10
Aspectos Metodológicos .....	12
1. Guiné-Bissau: A Região de Cacheu .....	17
1.1. As Características Físicas .....	17
1.2. Breve Identificação dos Traços Sociodemográficos .....	19
1.3. Caracterização Socioeconómica .....	21
2. O Projecto Integrado de Segurança Alimentar de Cacheu (PISAC).....	23
2.1. Objectivos .....	23
2.2. Metodologia .....	25
2.3. Identificação do Perfil do Beneficiário do PISAC .....	26
2.4. Caracterização das Condições de Bem-Estar das Famílias .....	29
2.5. Avaliação do Projecto .....	34
Conclusão do Estudo.....	43
Recomendações .....	47
Referências Bibliográficas Consultadas .....	49
Anexos .....	51
Anexo 1 - Tabancas Visitadas .....	51
Anexo 2 - Guião do Inquérito por Questionário .....	52
Anexo 3 - Entrevista: Coordenador Local do PISAC .....	62
Anexo 4 - Fotografias .....	66



## Nota Prévia

A realização do “Estudo Socioeconómico e Diagnóstico para Acompanhamento das Condições de Bem-Estar das Famílias da Região de Cacheu” só foi possível através da colaboração de um conjunto de pessoas a quem agradeço:

- aos técnicos directamente envolvidos na prossecução das actividades do PISAC pelo empenho demonstrado, envolvimento e dedicação, já que foram os responsáveis pela recolha dos dados aquando da aplicação dos questionários junto das famílias. A todos agradeço reconhecidamente: Adelino Cafeguimpo; Admir Ferreira; Armando Sampa; Flaviano Correia; Francisco Arafan; João Gomes; Leandro Júnior; Neto Gomes; Numó Gomes; Simôncio Oquine,
- ao motorista da AD de São Domingos, Mário Dias, que nos acompanhou durante a primeira semana de visita às tabancas, em particular de Calequisse e Caió,
- ao Leandro Júnior, coordenador local, e à secretária do PISAC, Odília, pelo acolhimento e apoio durante a estadia no Canchungo,
- aos representantes dos agregados familiares dos sectores de Cacheu, Calequisse, Caió e Canchungo, que tiveram disponibilidade e grande receptividade, colaborando no Estudo através das respostas ao Inquérito, assim como através do acompanhamento das visitas, proporcionando a observação directa dos benefícios.

Por fim, agradeço o apoio permanente e atento dos Drs. Ana Isabel Castanheira e Gonçalo Marques do Instituto Marquês de Valle Flôr.



## Índice de Quadros, Gráficos e Mapas

### Índice de Quadros

Quadro nº 1 - Definição da amostra e saldo final .....	14
Quadro nº 2 - Identificação do meio de residência por sector (em percentagem) .....	26
Quadro nº 3 - Caracterização do inquirido em função do sexo e idade (em percentagem) .....	27
Quadro nº 4 - Pertença étnica do inquirido por sector (em percentagem) .....	28
Quadro nº 5 - Escolaridade do inquirido por sector (em percentagem) .....	28
Quadro nº 6 - Caracterização das condições de habitabilidade por sector (em percentagem) .....	29
Quadro nº 7 - Identificação de infraestruturas habitacionais por sector (em percentagem) .....	30
Quadro nº 8 - Acesso a água por sector (em percentagem) .....	31
Quadro nº 9 - Tempo despendido para obtenção de água doce por sector (em percentagem) .....	31
Quadro nº 10 - Contributo para o rendimento familiar por sector (em percentagem) .....	32
Quadro nº 11 - Principal actividade profissional do inquirido (em percentagem) .....	32
Quadro nº 12 - Propriedade de terra com usufruto por sector (em percentagem) .....	33
Quadro nº 13 - Identificação das formas de aquisição de propriedade por sector (em percentagem) .....	33
Quadro nº 14 - Pertença associativa por sector (em percentagem) .....	35
Quadro nº 15 - Índices de participação por pertença associativa (em percentagem) .....	35
Quadro nº 16 - Identificação das mudanças por sector (em percentagem) .....	37
Quadro nº 17 - Identificação das principais alterações por sector (em percentagem) .....	38
Quadro nº 18 - Identificação das dificuldades sentidas por sector (em percentagem) .....	38
Quadro nº 19 - Dificuldades ultrapassadas por sector (em percentagem) .....	39

### Índice de Gráficos

Gráfico nº 1 - Comparação da produção e do consumo do agregado familiar .....	34
Gráfico nº 2 - Benefícios do PISAC .....	34
Gráfico nº 3 - Razões para a não participação .....	36
Gráfico nº 4 - Apoios recebidos no PISAC .....	36
Gráfico nº 5 - Razões para não ultrapassar as dificuldades .....	39
Gráfico nº 6 - Sugestões apresentadas pelos inquiridos .....	41

### Índice de Mapas

Mapa nº 1 - Representação geográfica da República da Guiné-Bissau .....	18
Mapa nº 2 - Identificação dos sectores alvo abrangidos pelo Estudo .....	19







## Apresentação

O “Estudo Socioeconómico e Diagnóstico para Acompanhamento das Condições de Bem-Estar das Famílias da Região de Cacheu” (Estudo) enquadra-se no âmbito do Projecto Integrado de Segurança Alimentar de Cacheu (PISAC) e consiste num levantamento da situação social e económica das populações residentes na região, especificamente nos sectores de Cacheu, Calequisse<sup>1</sup>, Caió e Canchungo.

O Estudo, tal como o Projecto que o enquadra, PISAC, foi promovido em parceria pelas organizações não governamentais de desenvolvimento Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) e Acção para o Desenvolvimento (AD), portuguesa e guineense respectivamente, através do envolvimento de agentes locais, em particular a Associação dos Jovens Agricultores de Canchungo (AJAC).

O objectivo principal do Estudo foi, com base no levantamento directo e local de informações, realizar um diagnóstico que permitisse caracterizar as condições de vida das famílias abrangidas pelo PISAC.

Os objectivos específicos foram a identificação das principais mudanças, directas e indirectas, promovidas a nível comunitário pelo Projecto, como resultado da aposta, efectuada pela Parceria de Desenvolvimento (PD) e viabilizada pelos financiadores, na aplicação e no reforço do investimento em sectores considerados prioritários, bem como das inovações decorrentes, durante o período de implementação e de prossecução das actividades programadas.

<sup>1</sup> Calquisse, situada no sector de Cacheu, foi considerada no âmbito deste Estudo como uma área geográfica de análise distinta dos três sectores sobre os quais incide o Estudo. Os motivos que sustentam esta opção prendem-se com a dimensão populacional e geográfica da zona e com a necessidade de facilitar a recolha, tratamento e interpretação dos dados.

## 1. Contextualização

A República da Guiné-Bissau é um país africano de pequena dimensão<sup>2</sup> (CE, 2006: 1), com uma área total de 36.125km<sup>2</sup>, referenciado na costa ocidental<sup>3</sup> do hemisfério norte<sup>4</sup>, fazendo fronteira a norte com a República do Senegal, a leste e a sul com a República da Guiné Conakry, e a oeste com o Oceano Atlântico.

Dada a situação geográfica, o país caracteriza-se por ter um clima tropical húmido, com identificação clara de duas estações, a seca e a das chuvas, sendo a pluviosidade variável ao longo do ano e dependente da proximidade do litoral (UN, 2001: 1).

Do ponto de vista demográfico, a população nacional era de 1.500.000 habitantes em 2003 (PNUD, 2005), encontrando-se desigualmente distribuída pelo território nacional, com uma prevalência de 75% de população rural (UN, 2001: 1) e concentração de população urbana na capital e nas áreas periféricas.

De acordo com indicadores reconhecidos internacionalmente<sup>5</sup>, é definida como um dos países mais pobres do Mundo, classificando-se em 172º entre 177 países, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2005), por referência a 2003, obtendo um valor de IDH de 0,348, situando-se consideravelmente abaixo da média dos “least developed countries” (0,518), bem como da média da África Sub-Sahariana (0,515).

Os valores indicativos do rendimento per capita, que correspondem a 160 USD, em 2003, sendo que 88% da população dispõe de menos de um dólar por dia (IMVF, 2004: 5), traduzem uma situação manifesta de pobreza, agravada ao longo do tempo, e confirmada pelos dados percentuais referentes à população nacional a viver abaixo da linha da pobreza que, entre 1990 e 2002, atingia 48,7% do total.

No cômputo geral, pode dizer-se que o país se confronta com dificuldades socioeconómicas agravadas por um conjunto alargado de condicionalismos.

Por um lado, os constrangimentos de âmbito económico e produtivo, podendo destacar-se a incerteza dos anos agrícolas, a insuficiência dos meios de produção face às necessidades e as dificuldades na comercialização dos produtos agrícolas resultantes da produção efectuada a nível local. Por

<sup>2</sup> A República da Guiné-Bissau é constituída por território continental e arquipelágico (Arquipélago de Bijagós), dotado de áreas naturais protegidas, classificadas de acordo com os critérios reconhecidos a nível internacional em Parques e Reservas Naturais.

<sup>3</sup> O mar territorial da República da Guiné-Bissau inclui 150 mil milhas marítimas, definidas pelas referências de Baía de Varela, Ilha de Unhocomo, Ilha de Orango, João Vieira e Ilha de Canhabaque.

<sup>4</sup> A localização é 12º20'00" Norte e 10º59'00" Sul de latitude e 13º90'00" Este e 16º43'00" Oeste de longitude (INEC, 2005: 6).

<sup>5</sup> Indicadores produzidos e divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Banco Mundial (The World Bank Group). Também segundo a OCDE/CAD, a República da Guiné-Bissau é classificada como “País Menos Desenvolvido e de baixo rendimento” (IMVF, 2004: 5).

outro lado, o país tem-se confrontado com sucessivas crises sociopolíticas, das quais decorrem consequências agravadas de natureza social, económica e de contornos humanitários, geradoras de insegurança e de múltiplas desigualdades. Por fim, os condicionalismos ambientais que têm afectado o continente africano de uma forma geral e, em particular, algumas regiões, dão origem à emergência, ou ao agravamento, de desequilíbrios socioeconómicos, pondo eventualmente em causa a sobrevivência das famílias mais afectadas, que residem em regiões de risco ou que vivem em situação de pobreza.

Apesar dos indicadores indicarem que a maioria da população nacional vive em estado de pobreza, este é um problema que se manifesta de forma mais preocupante em meio rural. De forma associada, é ainda de evidenciar a importância relativa do sector primário<sup>6</sup> na economia nacional<sup>7</sup>, já que perfaz cerca de 50% do PIB, empregando 82% da população activa (CE, 2006: 1), sendo o arroz a base produtiva e o principal recurso alimentar das famílias, correspondendo ainda a 70% do total da produção de cereais<sup>8</sup>, apesar de ser manifestamente deficitária.

Os constrangimentos com que o País se tem confrontado condicionam as formas de produzir, a oferta de bens, no que respeita tanto à diversidade como à quantidade, assim como a capacidade de consumo das famílias, promovendo o surgimento e o agravamento de situações de carência diversas, que facilmente resultam em casos de pobreza.

O meio rural e o sector primário da economia têm sido institucionalmente definidos como prioritários, tanto a nível nacional<sup>9</sup> como internacional, se bem que se verifique, ano após ano, uma manutenção da situação de precariedade produtiva e económica, com eventual agravamento, resultando em insegurança alimentar para as famílias, com destaque para as que residem em meio rural, visto serem as que têm na terra o seu principal modo de vida e de subsistência.

Face ao empobrecimento (cf. II.) com que a população da República da Guiné-Bissau se confronta, a possibilidade de implementar e de desenvolver um Projecto com as características do PISAC foi reforçada pelo enquadramento

<sup>6</sup> Além da produção agrícola, a pecuária é uma actividade importante e com representatividade, assim como a pesca artesanal e a exploração de recursos florestais que, neste caso, tem efeitos perversos pela carga exercida sobre os recursos não renováveis.

<sup>7</sup> É importante destacar que o sector secundário da economia, nomeadamente no que respeita à transformação industrial é praticamente inexistente, fundamentado em tecnologia rudimentar e desactualizada.

<sup>8</sup> A superfície cultivada a nível nacional é de cerca de 200.000 hectares (UN, 2001: 2), dos quais 68.000 se destinam ao cultivo de arroz, sendo que destes 63% são ocupados por arroz de mangal e bolanhas de água salgada e cerca de 36% por arroz de sequeiro. Além do arroz, os cereais mais cultivados são: milho bacil; sorgo; milho preto.

<sup>9</sup> Os objectivos do Executivo para o desenvolvimento de base agrícola respeitam a garantir a segurança alimentar, aumentar e diversificar as exportações agrícolas, assegurar a gestão de recursos naturais e melhorar as condições de vida das famílias residentes em meio rural (CE, 2006: 2).

estratégico institucional, traduzido nas directrizes contidas no “Programa de Luta contra a Pobreza” (IMVF, 2002: 12), em particular no que respeita aos objectivos de aumentar e de diversificar a produção em meio rural, como forma privilegiada para a redução dos efeitos decorrentes do empobrecimento socioeconómico.

De forma complementar, a preparação e a implementação, a nível institucional<sup>10</sup>, de outros documentos orientadores e planificadores, tais como a “Carta da Política de Desenvolvimento Agrário”, o “Plano Nacional de Gestão Ambiental” e o “Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário”, reforçam a importância e a urgência de adoptar medidas estruturais, directamente orientadas para as condições de produção, de sobrevivência e de bem-estar das populações locais, em particular nas regiões que sentem, de forma agravada, os efeitos do isolamento.

Por fim, as acções apresentadas e defendidas no contexto internacional, enquadradas por Programas Indicativos de Cooperação, como é o caso do documento “Guiné-Bissau/Comunidade Europeia – Estratégia de Cooperação e Programa Indicativo 2001/2007”, valorizam a implementação e a prossecução de iniciativas de natureza produtiva, inovadoras e dinamizadoras do processo de desenvolvimento e de mudança socioeconómica.

Contudo, e apesar da existência de documentos que enquadram as acções, não se verificou até à data a adopção de uma “política governamental clara, que apoie e promova as Organizações de Base, verificando-se uma falta de acesso aos factores de produção; existência de fracas redes de comercialização e escoamento de produtos, que passam sempre por intermediários, não originando rendimento directo e só servindo para encarecer o preço final do produto” (IMVF, 2002: 12).

Para além das áreas anteriormente referenciadas, o Projecto concentrou-se na capacitação dos técnicos locais, no que respeita a conhecimentos técnicos e de gestão adaptados às realidades vividas.

## 2. Aspectos Metodológicos

De acordo com o previsto nos Termos de Referência do Estudo, e com a preocupação de caracterizar as condições produtivas, de sobrevivência e de bem-estar das famílias, foram privilegiadas as técnicas quantitativas de recolha de informação<sup>11</sup>, complementando-se os dados recolhidos com informação de natureza qualitativa. Assim, optou-se pela técnica do inquérito por

<sup>10</sup> Em 1998, e por iniciativa da FAO, foi criado o “Grupo Temático do Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar” (UN, 2001: 3), representado por uma equipa internacional com características interdisciplinares para efectuar o acompanhamento dos Programas e dos Planos de Acção definidos para o meio rural.

questionário aplicado de forma directa à unidade social em análise, ou seja, os agregados familiares residentes na Região de Cacheu, associando-se a realização de uma entrevista ao coordenador local do Projecto (cf . Entrevista em anexo) e a observação directa.

A pesquisa foi organizada após a planificação acordada com o IMVF e a AD, sendo inicialmente prevista uma permanência na Guiné-Bissau com duração de três semanas, período que foi reduzido para uma semana e dois dias, em resultado da coincidência temporal com o conflito de Casamance<sup>12</sup>.

A preparação da missão implicou a elaboração de um conjunto de documentos, que foram atempadamente apresentados ao IMVF e à AD, sendo aceites e posteriormente reproduzidos: o “Manual de Formação”, mais tarde disponibilizado aos técnicos para acompanhamento da sessão formativa; a criação dos instrumentos de recolha, concretamente o inquérito por questionário e o guião de entrevista; a definição da amostra e sua justificação; a sistematização do “Caderno de Procedimentos” com a codificação geral das respostas ao questionário.

O trabalho de pesquisa, e de recolha de dados no terreno, contou com dois momentos principais, a saber:

1. Formação de oito técnicos locais<sup>13</sup> de inquirição, que foram os animadores do Projecto durante toda a fase de implementação, de desenvolvimento das actividades e de introdução de mudanças, com excepção dos três inquiridores de Cacheu que não estiveram presentes nos dias destinados à formação, não tendo também comparecido nos dias posteriores, pelo que, para a realização do trabalho, receberam apoio directo do coordenador local do PISAC e dos animadores de Canchungo;
2. Inquirição junto dos agregados familiares, tendo, sempre que possível, como interlocutor o beneficiário das acções.

<sup>11</sup> A missão que esteve na base da realização do estudo teve lugar em Março de 2006, sendo privilegiadas técnicas quantitativas de recolha de informação por serem consideradas as mais adequadas face ao contexto em que o Estudo se realizou e aos constrangimentos sentidos, pelas vantagens que lhes são reconhecidas. Assim, é uma técnica que: permite efectuar levantamento de dados de forma aprofundada, sistemática e rigorosa, permitindo quantificações; apresenta simplicidade nos procedimentos, resultando numa fácil aplicação através do contacto entre inquiridor e inquirido; recorre a categorias comuns e facilita a comunicação.

<sup>12</sup> Após o início do conflito de Casamance, e o agravamento da situação no norte da Guiné-Bissau, a Perita não sentiu estabilidade para permanecer no país, optando pelo regresso antecipado, sem que com isso se verificasse imputação de custos não previstos ao PISAC ou prejuízo no decorrer dos trabalhos. No final da primeira semana de inquirição estavam completos 250 questionários, o que correspondia à totalidade da amostra desejada para Calequisse e Caió e cerca de 46% da inquirição de Canchungo. A segunda semana permitiu concluir a inquirição no Canchungo e proceder à totalidade no Cacheu, tendo os questionários em falta sido entregues em mão pelo Prof. Doutor Rogério Roque Amaro.

<sup>13</sup> Os inquiridores foram técnicos locais, que têm desenvolvido trabalho de coordenação ou como animadores locais. No Cacheu foram Admir Ferreira, Francisco Arafan e Numó Gomes; em Caió, Adelino Cafeguimpo e Simôncio Oquine; em Calequisse, Flaviano Correia e Neto Gomes; em Canchungo, Armando Sampa, João Gomes e Leandro Júnior.

No total foram aplicados 474 inquéritos por questionário, representando 6% da População do Estudo, conforme informação relativa à definição da técnica de amostragem (cf. Quadro nº1). Para a definição da amostra o critério dos 6% foi definido como forma de reduzir os riscos decorrentes de eventuais dúvidas aquando da aplicação, garantindo assim a fiabilidade do estudo.

Uma vez no terreno, e perante a dificuldade inicial em recolher estatísticas fiáveis a nível nacional, e que não apresentassem fortes disparidades em função das fontes, permitindo confirmar os dados referentes ao Universo, à População do Estudo e à Amostra, foi acordado com os inquiridores, e por sugestão unânime destes, que se privilegiassem as estatísticas produzidas e disponibilizadas pelos Serviços de Saúde regionais, em detrimento das nacionais e oficiais produzidas pelo INEC<sup>14</sup>. Assim, a População do Estudo foi identificada a partir da recolha de estatísticas regionais, disponibilizadas pelos Serviços de Saúde de todos os Sectores envolvidos na análise, recolhidas e confirmadas localmente pelos técnicos directamente envolvidos.

QUADRO Nº1 - DEFINIÇÃO DA AMOSTRA E SALDO FINAL

	Habitantes	Amostra 6%	Agregados (média: 6 pax)	Agregados Amostra 6%	Inquéritos realizados	Saldo
Cacheu	11441	686	1907	114	116	+2
Caió	11732	704	1955	117	121	+4
Calequisse	7931	476	1322	79	81	+2
Canchungo	16392	984	2732	164	156	-8
População do Estudo	47496	2850	7916	474	474	474

Fonte do Número de Habitantes: Serviços de Saúde dos respectivos Sectores

Conforme apresentado no Quadro nº 1, inicialmente fora previsto o contacto com um total de 474 indivíduos, de forma a completar 114 inquéritos no sector de Cacheu, 117 no sector de Caió, 81 em Calequisse e 164 no sector de Canchungo. Contudo, no final da fase de inquirição foram detectadas ligeiras variações no que respeita às aplicações por sector que, na verdade, não se traduzem em alteração no grau de significância por não implicarem quebras na representatividade. Assim resulta um saldo positivo para três dos sectores (+2 em Cacheu, +4 em Caió e +2 em Calequisse) e num saldo negativo apenas para Canchungo (-8).

<sup>14</sup> Esta sugestão foi aceite tendo em consideração que o último Recenseamento Geral da População e Habitação data de 1991, sendo os dados posteriormente divulgados meras estimativas e projecções.

A representatividade da amostra foi, para a totalidade dos sectores analisados, superior a 95%, incluindo no sector de Canchungo, onde se verificou um défice de inquéritos aplicados (-8) e que, apesar deste constrangimento, resultou em 95,1%.

Na fase de inquirição foram visitadas, no total, 31 tabancas, repartidas pelos sectores envolvidos no Estudo, sendo a selecção das comunidades a visitar definida pelos inquiridores em função dos benefícios do PISAC, conforme a seguinte repartição:

- 11 tabancas em Cacheu: Areia, Bijop, Bucucur, Burnei, Cabacera, Cacan, Ponta Sumarino, Ponta Upabren, Ponta Vasco, Praça e Ribada,
- 4 tabancas em Caió: Bin Hangai, Cajuguite, Ponta de Pedra e Ponta Incas,
- 7 tabancas em Calequisse: Bajob, Balombe, Barambe, Barepinde, Batan, Betenda e Biepar,
- 9 tabancas e bairros em Canchungo: Babanda, Biacha, Bucucute, Cachobar, Caroncá, Pelundo, Pindai, Reno-Utiacor e Tchada

Atendendo que a amostra foi caracteristicamente probabilística ou aleatória, os indivíduos inquiridos foram identificados pelos inquiridores, com base num critério de estratificação por grupos, procurando-se responder aos requisitos previamente definidos por área regional. Os inquiridores desempenharam um papel de grande importância<sup>15</sup> em todo o processo de pesquisa, pelo conhecimento directo das comunidades, por serem os responsáveis pela identificação das tabancas a visitar, pela informação recolhida, mas também por terem a função de seleccionar os dados mais pertinentes para o estudo, a partir das questões colocadas.

De forma a reduzir os constrangimentos impostos pelas técnicas quantitativas no que respeita ao limite das respostas, acordou-se também a realização de uma entrevista ao coordenador local do PISAC, que coincidiu com um dos inquiridores. A entrevista foi caracteristicamente semidirectiva, sendo complementada com a prática da observação directa, viabilizada pelas visitas realizadas no decurso da primeira semana de acompanhamento da pesquisa. Nesta fase foram efectuados registos fotográficos vários às comunidades envolvidas pelo PISAC, bem como aos benefícios introduzidos (cf. Anexos).

Posteriormente, foi criada a base de dados, contendo as respostas obtidas e organizadas de forma criteriosa por grupos categoriais, em função de uma bateria de indicadores previamente identificados e acordados com o IMVF e com a AD.

---

<sup>15</sup> Além das funções atribuídas no processo de inquirição, os técnicos locais foram também guias e tradutores, já que nas regiões visitadas as populações utilizam as línguas locais como forma de expressão, estando o português a perder importância, em particular nos grupos etários mais jovens.

Uma vez construída a base de dados, procedeu-se às correcções necessárias para a homogeneização dos critérios, e identificaram-se as variáveis a cruzar, de forma a ser possível caracterizar as condições de vida das famílias, bem como a avaliação que os beneficiários efectuam do PISAC, extraindo conclusões e recomendações.

Posteriormente, e antes da entrega do Relatório Final do Estudo, foi disponibilizada uma primeira versão da sistematização dos dados recolhidos e tratados, assim como o documento de síntese contendo os Resultados Preliminares.





## Guiné-Bissau: A Região de Cacheu

Conforme foi especificado anteriormente (cf. Contextualização), o país é constituído por uma área continental e outra insular<sup>16</sup>, sendo a sua superfície total de 36.125km<sup>2</sup>, dos quais cerca de 23,3% se encontram parcial ou totalmente inacessíveis (INEC, 2005: 6).

A Guiné-Bissau é constituída, do ponto de vista administrativo, por nove regiões, sendo oito continentais, nomeadamente Cacheu, Biombo, Óio, Bafatá, Gabú, Sector Autónomo de Bissau, Quinara e Tombali, estando apenas uma região, Bolama-Bijagós, referenciada no Oceano Atlântico, junto à costa, por ser território insular e caracteristicamente arquipelágico (INEC, 2005: 7).

A Região de Cacheu situa-se, do ponto de vista geográfico, na zona litoral norte, mais especificamente Noroeste (cf. Mapa nº 1), destacando-se das restantes áreas regionais por um conjunto de particularidades físicas, ambientais, sociais, produtivas e económicas.

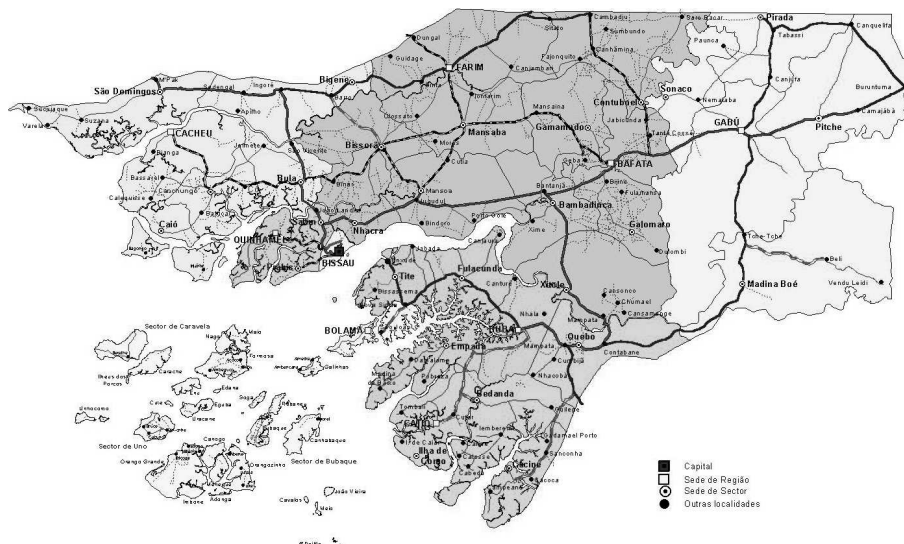
### 1. As Características Físicas

Do ponto de vista paisagístico, a Região de Cacheu é definida e caracterizada como uma das três zonas continentais que, a nível nacional, se destacam pela especificidade do traçado do relevo, pela vegetação e hidrografia<sup>17</sup>, estando maioritariamente referenciada a sul do Rio Cacheu (cf. Mapa nº 1).

<sup>16</sup> A região insular é constituída por 90 ilhas e ilhéus, das quais apenas 17 são habitadas.

<sup>17</sup> As três zonas continentais são: costeira no Oeste; de transição no Centro; planalto na região de Gabú.

MAPA Nº 1 - REPRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

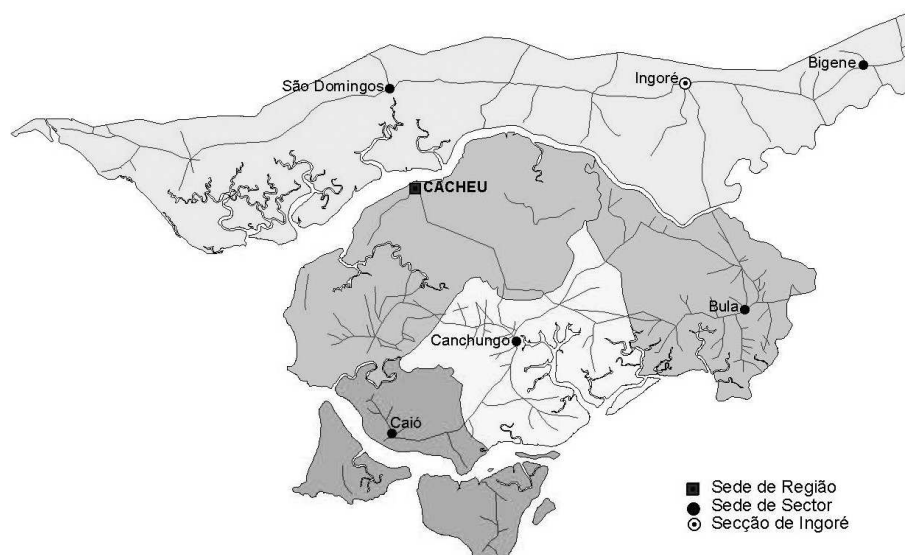


Fonte: Célula de Apoio a Direcção das Estradas e Pontes, MOPCU  
 Elaboração: BISSASIG-Célula SIG-INEP /GPC

A região privilegiada do Estudo representa 14,3% do território nacional, aos quais correspondem 5.174,9km<sup>2</sup>, sendo a quarta maior área regional do País. Esta zona é constituída por seis sectores (cf. Mapa nº 2), nomeadamente: Bigene (21%); Bula (14,4%); Cacheu (19,4%); Caió (12,8%); Chanchungo (12,4%) e São Domingos (20%), tendo o estudo privilegiado três, ou seja 44,6% de toda a área regional, que se encontram devidamente identificadas no Mapa nº 2.

Do ponto de vista ambiental, a região é dotada de uma área protegida, o Parque Natural dos “Tarrafes” do Rio Cacheu, que abrange 886,15 km<sup>2</sup> de território, ou seja 17,1% do total da área regional (INEC, 2005: 11).

MAPA Nº 2 - IDENTIFICAÇÃO DOS SECTORES ALVO ABRANGIDOS PELO ESTUDO



Fonte: BISSASIG-Célula SIG-INEP /GPC

As características climáticas da Região de Cacheu são comuns às identificadas para o contexto nacional, ou seja variações térmicas médias entre os 25,5º e os 32,9º Celsius, apresentando índices de humidade relativa elevados, na ordem dos 69,2% em termos médios, e níveis anuais de pluviosidade de 1836,3 milímetros, para apenas 92 dias de chuva por ano (op. cit.: 12), concentrados numa única estação.

## 2. Breve Identificação dos Traços Sociodemográficos

De acordo com o PNUD (2005), em 2003, a população total da República da Guiné-Bissau ascendia a 1.500.000 habitantes em 2003, dos quais 47,2% tinham idade inferior a 15 anos e apenas 2,5% superior a 65 anos, dados que permitem defini-la como uma população caracteristicamente jovem. Esta situação é reforçada pelos valores referentes à taxa de fertilidade (7,1 filhos por mulher em 2003) associada aos dados relativos à prevalência contraceptiva (de 8% em mulheres com idade fértil, entre 1995 e 2003) que não revelam significado.

Em termos globais, a Esperança Média de Vida à Nascimento é baixa, de 44,7 anos, sendo reduzida a taxa de população com acesso a cuidados de saúde (34%, em 2002), bem como limitado o valor relativo ao acesso a água doce e potável (59%).

De acordo com os dados estatísticos oficiais<sup>18</sup> (INEC, 2005: 13 e seg.), a taxa de crescimento demográfico anual registada na Região de Cacheu (0,9) é inferior à nacional (1,9). As análises descritivas de âmbito demográfico para esta região indicam valores na ordem dos 146.570 habitantes em 1991<sup>19</sup>, sendo a terceira região mais populosa do País, com acréscimo para 166.158 em 2005<sup>20</sup>,

correspondendo à quarta área regional mais importante do ponto de vista demográfico.

No que respeita à saúde, em média, havia 1,4 médicos, 6,9 enfermeiras e 12,7 camas por 10.000 habitantes (INEC, 2005: 17). Da mesma forma, e efectuando a análise com o critério inverso, existiam 7.053 habitantes por médico, 1.454 por enfermeiro e 787 por cama. É ainda de destacar a concentração de apenas 24,2% do total das infraestruturas sanitárias na região norte, às quais correspondiam dois hospitais regionais, seis hospitais sectoriais, 66 centros de saúde e 119 postos de saúde.

Ainda no que respeita à prestação de cuidados de saúde, detecta-se uma forte disparidade entre meio urbano e meio rural, podendo por exemplo destacar-se a inexistência de médicos especialistas em zonas rurais e isoladas, com concentração do seu número, já por si reduzido, em contexto urbano. Esta situação é comum aos farmacêuticos, fisioterapeutas, técnicos de laboratório, de elaboração de exames de diagnóstico ou de apoio social. Da mesma forma, mas ao inverso, é de destacar a concentração do total de parteiras tradicionais em meio rural, bem como a maioria das enfermeiras auxiliares e de agentes de saúde comunitária<sup>21</sup>.

No que respeita à taxa de cobertura vacinal a nível nacional, na população infantil, com idades entre os 0 e os 5 anos, registam-se fortes discrepâncias em função do tipo de vacina, evidenciando uma redução dos cuidados familiares em relação a este serviço de saúde à medida que a idade aumenta<sup>22</sup>. Paralelamente, regista-se uma elevada taxa (30%) de população infantil, com idade inferior a 5 anos, em situação de subnutrição, entre 1995 e 2003 (PNUD, 2005).

Em termos médios, em 2003, o paludismo continuava a ser a primeira causa de morbilidade (92,7%) e de mortalidade (82,6%), seguido de situações de diarreia (6,9% e 12,4% respectivamente).

<sup>18</sup> Dada a insuficiência e a indisponibilidade dos dados estatísticos recolhidos e produzidos com um carácter regular e actualizado, para a caracterização sociodemográfica foram consultados e referenciados documentos nacionais, divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos (INEC). Contudo, e dado que, em muitos casos, os dados nem sempre são conclusivos, apresentando elevadas discrepâncias em relação a períodos diferentes, foram ainda consultados documentos produzidos e divulgados por instituições internacionais.

<sup>19</sup> O último Recenseamento Geral da População e Habitação foi efectuado em 1991, pelo INEC, sendo de destacar que todos os dados apresentados para períodos posteriores respeitam a projecções demográficas, cujo método de cálculo é o do "crescimento geométrico" (INEC, 2005: 14).

<sup>20</sup> A população total do País era de 979.203 habitantes em 1991 e de 1.326.039 habitantes em 2005 (INEC, 2005: 13)

<sup>21</sup> É ainda de destacar que as actividades profissionais tradicionais, que se concentram em meio rural, são desenvolvidas pelos mais velhos, em média com idades superiores a 50 anos, enquanto que as actividades técnicas em meio urbano se concentram em idades entre os 30 e os 50 anos (INEC, 2005: 19).

<sup>22</sup> Em 2004, a vacinação contra a tuberculose (BCG) é a mais abrangente, com uma taxa de cobertura de 84%, seguida da DTP (Difteria, Tétano e Tosse Convulsa) em 75%, VAS (Sarampo) em 61%, VAPRE (Sarampo, Rubéola e Papeira) em 56% e DT2 (Difteria e Tétano em idades mais velhas) apenas em 36% (INEC, 2005: 17).

Em 2000, os índices médios de escolarização eram baixos, sendo de 69,8% para o ensino básico e de apenas 20,2% para o secundário<sup>23</sup>, com o número total de alunos inscritos, em 1989, de 86.326 para o ensino básico e de 7.702 para o ensino secundário.

### 3. Caracterização Socioeconómica

A população activa da República da Guiné-Bissau encontra-se maioritariamente inserida do ponto de vista laboral em actividades do sector primário (cf. Contextualização), destacando-se a produção agrícola e a pesca artesanal, sendo a agricultura a actividade económica que mais contribui para a formação do PIB (IMVF, 2002: 17).

Em 2004, da actividade agrícola efectuada, as principais produções centram-se no caju e nos cereais, destacando-se de forma particular o arroz (54.7%). Contudo a produção de arroz não tem evidenciado sustentabilidade, não sendo suficiente para cobrir a totalidade das necessidades de consumo interno, implicando a conseqüente importação de quantidades complementares (INEC, 2005: 20; IMVF, 2002: 17).

No que respeita à pesca artesanal, ao longo do tempo, não se têm registado alterações significativas nas quantidades capturadas, havendo manutenção do número de pescadores e de embarcações (700 e 278, respectivamente), independentemente das características do barco, em particular no que respeita à região norte. Esta situação é diferente quando se trata de pesca industrial, segmento onde o número de licenças aumentou de forma significativa, registando-se um acréscimo importante na produção anual em toneladas, especialmente em algumas espécies de pescado<sup>24</sup>.

Ao nível interno, o sector terciário tem sido fortemente marcado pela informalidade, sendo na maioria efectivado através do desenvolvimento de actividades que se enquadram no pequeno comércio, em mercados e em feiras locais, traduzindo a fraca capacidade da oferta, associada a uma procura reduzida e limitada a bens de consumo imediato que não requerem diversificação.

Do ponto de vista económico, o País tem revelado uma elevada dependência relativamente ao exterior, evidenciada pela importância atribuída às importações face às exportações, já que, por um lado, importa maioritariamente bens oriundos de países europeus, entre os quais Portugal, ou outros Estados

<sup>23</sup> Para a análise da taxa de escolarização, não se encontram disponíveis dados estatísticos que permitam efectuar uma análise comparativa entre indicadores complementares (cf. Anuário Estatístico da Educação, 2000).

<sup>24</sup> Estas são as situações por exemplo de: Camarão e Gamba; Carapau; Choco; Corvina; Polvo, havendo situações em que as quantidades capturadas duplicaram num período de dois a três anos.

africanos, destacando-se o Senegal. Por outro lado, e independentemente do ano em análise, o recurso mais exportado é a castanha de caju em bruto, ou seja o resultado anual da produção agrícola sem qualquer tipo de transformação, destinando-se principalmente ao continente asiático.

Os meios de comunicação e as acessibilidades, que poderiam favorecer o intercâmbio regional, são fortemente deficitários, tendo em conta que o País se caracteriza por uma rede viária antiga e deteriorada, não evidenciando sinais de renovação ou de alargamento, perfazendo um total de 2.755km, dos quais apenas 770km, ou seja 28%, de vias alcatroadas. De forma complementar, a rede ferroviária, que poderia representar uma alternativa comunicacional e de ligação inter-regional consistente, é inexistente e os transportes marítimos ou fluviais apresentam ainda características artesanais nos meios, bem como ausência de regularidade no funcionamento.



## O Projecto Integrado de Segurança Alimentar de Cacheu

O enquadramento do PISAC teve em consideração os principais problemas sentidos a nível nacional, regional e local, bem como as áreas potenciais e que ofereciam garantias de um resultado positivo.

Por um lado, a República da Guiné-Bissau tem evidenciado, ao longo do tempo, algumas fragilidades no que respeita à gestão do bem comum, resultando na emergência de crises sucessivas que põem em causa o bom funcionamento das instituições, bem como de alguns projectos que dependem, de forma directa, do poder público. A este nível, tem-se detectado a ausência de uma política pública alargada que privilegie o desenvolvimento em meio rural, evidenciando preocupações com a sustentabilidade ambiental, económica e social.

Por outro lado, o sector rural, onde prevalece a produção agropecuária, continua a estar fortemente dependente de meios externos ao processo, como por exemplo as condições climáticas, em que se podem incluir as catástrofes naturais, tais como longos períodos de seca ou inundações, que resultam em incertezas produtivas e instabilidade no consumo das famílias.

Por fim, trata-se de regiões onde as populações se confrontam com um fraco e irregular acesso ao conhecimento e à formação, assim como a um conjunto diversificado de meios técnicos e materiais que favorecem e promovem a inovação produtiva, assim como o aumento das quantidades produzidas, que são condições necessárias para que a situação de bem-estar das populações se modifique.

### 1. Objectivos

Com uma duração de 36 meses (1 de Dezembro de 2003 a 30 de Novembro de 2006) e co-financiamento da Comissão Europeia e do IPAD, o Projecto procura contribuir para a criação de meios que garantam a segurança alimentar e

nutricional das comunidades locais na região de Cacheu, através da promoção de um conjunto integrado de acções nas áreas de produção e transformação. Paralelamente, evidencia preocupações com a sustentabilidade regional, no que respeita à melhoria das condições de vida e de trabalho das famílias directamente envolvidas nas actividades promovidas e beneficiárias dos resultados, assim como das que usufruem os benefícios de forma indirecta.

Um dos objectivos do PISAC tem sido a redução da pobreza e a promoção da melhoria das condições socioeconómicas das várias populações beneficiárias. O Projecto apresentava-se como uma iniciativa ambiciosa, porque abrangente e multi-sectorial, mas exequível, tendo em consideração que a metodologia de trabalho se fundamentava num princípio sistémico e de integração das diferentes dimensões consideradas, estimulando o envolvimento dos actores locais e conferindo-lhes margem para a tomada de decisões.

Os objectivos específicos do Projecto eram:

- Aumentar e diversificar a produção agrícola, contribuindo para o crescimento per capita da produção alimentar e para o reforço da disponibilidade de produtos alimentares;
- Melhorar a dieta alimentar e os níveis nutricionais das populações beneficiárias;
- Incentivar actividades de transformação e comercialização dos produtos agrícolas e piscícolas;
- Fomentar o acesso físico e financeiro aos produtos alimentares, desenvolvendo mecanismos de aumento de renda e de compra junto, sobretudo, dos grupos mais vulneráveis e fomentando o desenvolvimento dos circuitos de comercialização e dos locais de venda e potenciando a estabilidade da oferta;
- Capacitar os agricultores, os pescadores e técnicos locais de diferentes organismos através de programas de formação abertos, formais e informais para uma gestão sustentável dos recursos agrícolas, hídricos e florestais;
- Apoiar o desenvolvimento do associativismo local, sobretudo das Associações de Mulheres e de Agricultores, Produtores, Pescadores;
- Promover o conhecimento da realidade socioproductiva e comercial do sector de Cacheu (IMVF, 2002: 8; 16).

Cumprindo estes objectivos, era esperado alcançar um conjunto alargado de resultados (IMVF, 2002: 16), entre os quais se podem destacar:

- A diversificação das culturas agrícolas, permitindo assegurar os níveis de segurança alimentar das famílias com melhoria da qualidade nutricional;
- A modernização do sistema produtivo tradicional, principalmente no que respeita às actividades agrícolas, pecuárias, piscatórias e transformadoras de produtos do sector primário;
- A dinamização do pequeno comércio baseado em bens produzidos localmente, melhorando os circuitos comerciais locais e regionais;



- O aumento do rendimento familiar disponível;
- A capacitação dos técnicos directamente envolvidos nas acções de animação comunitária, bem como a sensibilização das populações locais.

## 2. Metodologia

Para a implementação do Projecto a nível regional, e a prossecução das actividades, foi adoptada metodologia múltipla, diversificada e complementar, com base num planeamento das acções a desenvolver, identificadas a partir da realização de um diagnóstico prévio, que foi elaborado pela Parceria de Desenvolvimento (PD) entre o IMVF e a AD, com valorização e envolvimento das Associações Locais, por serem concebidas como os principais representantes das comunidades beneficiárias.

A ideia do trabalho em parceria foi adoptada por permitir a valorização de todos os parceiros envolvidos, já que são estes que melhor conhecem as dinâmicas comunitárias, as principais carências, assim como as potencialidades locais. A metodologia adoptada, para viabilizar a implementação do Projecto, esteve assim fundamentada nos princípios participativos, incentivando-se o envolvimento e a responsabilização de todos os actores constituintes da PD.

As acções propostas (IMVF, 2002: 14) procuravam:

- Incentivar a participação activa, responsável e motivada dos beneficiários em todas as fases de implementação do Projecto, conferindo-lhes protagonismo e reconhecendo-lhes uma capacidade proactiva na tomada de decisões;
- Apoiar de forma particular as mulheres e os jovens, considerando-as como “grupo alvo”, pelos traços que os caracterizam e que lhe são reconhecidos, nomeadamente a capacidade de iniciativa, o dinamismo, a persistência e a dedicação;
- Privilegiar as actividades geradoras de rendimento e que favorecem a diversificação profissional, criando novas oportunidades;
- Animar, sensibilizar, formar e capacitar as populações locais, tanto no que respeita a questões técnicas como relacionadas com o exercício da cidadania, a favor da sustentabilidade nas diferentes interpretações.

Numa fase inicial foi efectuado um levantamento local de necessidades (IMVF, 2002: 14), acordado entre as comunidades e a AD, que permitiu identificar prioridades, definir objectivos, bem como traçar as metodologias mais adequadas para a prossecução do Projecto.

Atendendo que o PISAC previa a concessão de apoio à Região de Cacheu, foram privilegiados os sectores de Cacheu, Calequisse, Caió e Canchungo (cf. Mapa nº 2).

Desde o início, previa-se a realização de um conjunto integrado e articulado de actividades, sistematizadas em grandes áreas de actuação, que contribuíssem

para a criação de condições geradoras de autonomia e de sustentabilidade a nível regional, entre as quais:

- o apoio à produção agrícola diversificada e piscatória, com introdução de novas técnicas produtivas e de armazenamento;
- a implementação e o desenvolvimento de actividades de transformação e de comercialização dos recursos agrícolas e piscatórios;
- a dinamização de acções de sensibilização temática das famílias, de formação técnica e de capacitação dos recursos humanos (beneficiários);
- o incentivo à diversificação alimentar, através da criação de novos hábitos de consumo, de forma a responder às principais necessidades nutricionais, derivantes de eventuais desequilíbrios alimentares;
- a valorização da capacidade associativa e o apoio à criação de iniciativas vocacionadas para o desenvolvimento socioeconómico.

O PISAC disponibilizou e viabilizou um conjunto alargado e diversificado de recursos: kits de sementes hortícolas e frutícolas, com introdução de novas técnicas produtivas; instrumentos agrícolas e tecnologias de processamento de produtos agrícolas e piscícolas (descascadoras de arroz, prensas de óleo, fornos melhorados); capacitação técnica dos beneficiários directos (agricultores e técnicos envolvidos) bem como indirectos (técnicos de instituições públicas); construção de poços; realização de campanhas de sensibilização temática, como nutrição.

### 3. Identificação do Perfil do Beneficiário do PISAC

Conforme informação apresentada anteriormente, a população inquirida foi identificada com base numa amostra aleatória e estratificada, com proporcionalidade por grupos, o que resultou em: 32,9% de inquiridos em Canchungo; 25,5% em Caió; 24,5% em Cacheu; 17,1% em Calequisse.

QUADRO Nº 2 - IDENTIFICAÇÃO DO MEIO DE RESIDÊNCIA DOS INQUIRIDOS POR SECTOR (EM PERCENTAGEM)

Sector	Meio			Total
	Rural	Urbano	NR	
Cacheu	58,6%	35,3%	6,0%	100,0%
Caió	45,5%	54,5%	0,0%	100,0%
Calequisse	87,7%	12,3%	0,0%	100,0%
Canchungo	82,1%	12,2%	5,8%	100,0%
Total	67,9%	28,7%	3,4%	100,0%

De uma forma geral, o beneficiário do PISAC reside em meio rural (67,9%), situação confirmada após se proceder à análise por sector (cf. Quadro nº 2),

sendo de destacar uma ligeira prevalência do meio urbano no sector de Caió (54,5%) que, no cômputo global, não altera as características regionais.

A maioria dos inquiridos é do sexo feminino (62,9%), com excepção do sector de Caió em que se verifica uma inversão pouco significativa da tendência, com 52,1% de inquiridos do sexo masculino; é adulto jovem, já que, em média, 54,8% tem idade compreendida entre os 26 e os 45 anos, traço particularmente evidenciado em Calequisse (70,3%). É relevante destacar, entre a população inquirida, uma concentração de jovens em Canchungo (50,7% entre os 18 e os 35 anos) e de indivíduos mais velhos em Cacheu (63,8% entre os 36 e os 55 anos).

Da relação entre o sexo e a idade (cf. Quadro nº 3), há a destacar que as mulheres inquiridas (56,7% tem idade entre os 26 e os 45 anos) são, em média, mais jovens do que os homens (60,1% tem idade entre os 36 e os 55 anos).

QUADRO Nº 3 - CARACTERIZAÇÃO DO INQUIRIDO EM FUNÇÃO DO SEXO E DA IDADE (EM PERCENTAGEM)

Sexo	Idade						Total
	18-25	26-35	36-45	46-55	56-65	66 +	
Feminino	17,8%	30,2%	26,5%	14,4%	7,4%	3,7%	100,0%
Masculino	7,1%	17,3%	33,9%	26,2%	11,3%	4,2%	100,0%
NR	12,5%	37,5%	25,0%	25,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Total	13,9%	25,7%	29,1%	18,8%	8,6%	3,8%	100,0%

No geral, o estado civil dos inquiridos é definido como casado (81,4%), com maior expressividade quando a idade é superior a 26 anos, sendo ainda de destacar que cerca de 57% dos indivíduos solteiros afirmam ter idade inferior a 25 anos. No que respeita a filhos, a tendência acompanha o estado civil, já que 80,6% afirma ter.

A análise conjugada dos dois indicadores permite perceber uma tendência coincidente entre o estado civil e a prevalência de filhos nos inquiridos com os mesmos escalões etários, ou seja com idade superior a 26 anos (95,8%). Dos inquiridos que têm filhos, 60,7% afirma ter entre três e oito filhos, e 34,8% apenas um ou dois filhos.

No que respeita à pertença étnica, verifica-se um predomínio dos Manjaco, com 67,1% (cf. Quadro nº 4), com repartição por outros grupos, sendo os mais evidenciados os Felupe (11,8%) e os Mancanha (11,4%).

É ainda possível perceber que, dos grupos étnicos considerados, é no Cacheu que se encontra uma maior diversidade, apresentando valores de 37,9% para os Felupe, 29,3% para os Manjaco e 23,3% para os Mancanha, evidenciando-se uma significativa concentração de Manjaco nos restantes sectores considerados (100% em Calequisse, 75,2% em Caió e 67,1% no Canchungo).

QUADRO Nº 4 - PERTENÇA ÉTNICA DO INQUIRIDO POR SECTOR (EM PERCENTAGEM)

Etnia	Sector				Total
	Cacheu	Caió	Calequisse	Canchungo	
Balanta	7,8%	3,3%	0,0%	1,3%	3,2%
Felupe	37,9%	0,8%	0,0%	7,1%	11,8%
Mancanha	23,3%	0,0%	0,0%	17,3%	11,4%
Mandinga	1,7%	0,8%	0,0%	0,6%	0,8%
Manjaco	29,3%	75,2%	100,0%	71,8%	67,1%
Papel	0,0%	16,5%	0,0%	1,9%	4,9%
NR	0,0%	3,3%	0,0%	0,0%	0,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em média, o agregado familiar do inquirido é constituído apenas por um cônjuge (79,1%), confirmando que a amostra é maioritariamente constituída por indivíduos do sexo feminino<sup>25</sup>. Da mesma forma, a maioria afirma coabitar com filhos (93.1%), incluindo aqueles que são casados e independentemente de terem descendência.

Assim, quando inquiridos acerca da composição do agregado familiar, no total, os valores encontram-se repartidos de forma igualitária entre cônjuge, filhos ou outros. Mas quando a análise recai sobre os sectores, evidencia-se uma perda de importância da categoria “outros familiares” em Caió (15,5%) e Cacheu (28,5%), com predomínio das categorias “cônjuge” e “filhos” em todos os sectores.

De uma forma geral, o nível escolar pode ser qualificado de baixo, com particular incidência de “não sabe ler nem escrever”, ou seja inexistente (cf. Quadro nº 5).

QUADRO Nº 5 - ESCOLARIDADE DO INQUIRIDO POR SECTOR (EM PERCENTAGEM)

Alfabetização	Sector				Total
	Cacheu	Caió	Calequisse	Canchungo	
Não sabe ler ou escrever	56,0%	49,6%	56,8%	34,0%	47,3%
Primário	10,3%	20,7%	6,2%	17,3%	14,6%
Profissional	0,0%	0,0%	0,0%	10,3%	3,4%
Secundário	2,6%	17,4%	3,7%	16,0%	11,0%
Sabe escrever sem grau	31,0%	11,6%	32,1%	21,8%	23,2%
Superior Incompleto	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%	0,2%
NR	0,0%	0,8%	1,2%	0,0%	0,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

<sup>25</sup> As respostas à questão referente à constituição do agregado familiar evidenciam algum desencontro nos critérios adoptados pelos diferentes inquiridores, não sendo possível medir com segurança, no caso de o inquirido ser mulher, quantas mulheres constituem o agregado familiar.

Da análise do Quadro nº5, pode destacar-se que 47,3% afirma não saber ler ou escrever, 23,3% sabe escrever, apesar de não ter frequentado grau de ensino, e apenas 14,6% frequentou o ensino primário, sendo a conclusão do ensino secundário (11%) ou profissional (3,4%) muito pouco expressiva.

Da análise sectorial, pode identificar-se uma menor taxa de analfabetismo no Canchungo, apesar da persistência de valores elevados (34%), registando-se em Caió os índices mais altos para a frequência de ensino secundário (17,4%), se bem que sejam ainda inferiores ao desejado.

#### 4. Caracterização das Condições de Bem-Estar das Famílias

As condições de habitabilidade dos inquiridos podem ser definidas como precárias, independentemente do sector em análise: o material utilizado na construção da habitação é barro ou terra (98,9%); o telhado é de zinco (65,2%) ou palha (34%).

QUADRO Nº 6 - CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE POR SECTOR (EM PORCENTAGEM)

Sector	Casa		Telhado		
	Barro	NR	Palha	Zinco	NR
Cacheu	99,1%	0,9%	76,7%	22,4%	0,9%
Caió	99,2%	0,8%	35,5%	62,8%	1,7%
Calequisse	97,5%	2,5%	21,0%	77,8%	1,2%
Canchungo	99,4%	0,6%	7,7%	92,3%	0,0%
Total	98,9%	1,1%	34,0%	65,2%	0,8%

A maioria dos inquiridos não dispõe, na habitação, de infraestruturas consideradas básicas, tais como água corrente e potável, meios de saneamento, gás ou electricidade, bem como de outros recursos que permitam identificar sinais de conforto ou de bem-estar nos modos de vida, de acordo com padrões reconhecidos a nível internacional. Antes pelo contrário, a situação observada durante os contactos directos efectuados no decorrer das visitas, e complementada com os dados recolhidos durante o trabalho de campo, evidencia precariedade e pobreza.

O único meio referido pelos inquiridos é o acesso à latrina que 56,5% refere dispor na habitação e 47% no interior da tabanca. Contudo, qualquer um dos valores obtidos evidencia uma reduzida cobertura de acesso a saneamento básico. É ainda de destacar os elevados índices de “Não Resposta” para qualquer uma das situações consideradas (33,3% no que respeita às condições da habitação e 49,8% da tabanca).

A análise por sectores é, de uma forma geral, coincidente (cf. Quadro nº 7), verificando-se uma maior disponibilidade de latrinas na habitação em Canchungo (69,9%), Calequisse (58%) e Cacheu (53,4%). No que respeita à acessibilidade na tabanca, é prevacente em Caió (91,7%), sendo também importante no Cacheu (65,5%).

QUADRO Nº 7 - IDENTIFICAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS HABITACIONAIS POR SECTOR (EM PORCENTAGEM)

Sector	Casa				Total
	Latrina	Nenhuma	Outra	NR	
Cacheu	53,4%	9,5%	1,7%	35,3%	100,0%
Caió	41,3%	2,5%	0,8%	55,4%	100,0%
Calequisse	58,0%	21,0%	3,7%	17,3%	100,0%
Canchungo	69,9%	6,4%	0,6%	23,1%	100,0%
Total	56,5%	8,6%	0,4%	33,3%	100,0%
Sector	Tabanca				Total
	Latrina	Nenhuma	Outra	NR	
Cacheu	65,5%	7,8%	1,8%	25,0%	100,0%
Caió	91,7%	0,0%	0,0%	8,3%	100,0%
Calequisse	4,9%	0,0%	1,2%	93,8%	100,0%
Canchungo	20,5%	1,9%	0,0%	77,6%	100,0%
Total	47,0%	2,5%	0,6%	49,8%	100,0%

O acesso a água doce é muito condicionado em todos os sectores considerados na análise, não evidenciando abrangência total da área. A maioria dos inquiridos tem acesso a água através de poço (84,8%) ou de furo com bomba (9,1%), havendo referências pouco expressivas a outras formas tradicionais de captação, tais como “rio, lagoa ou bacia” (1,3%) ou através de “recolha da chuva” (0,6%).

A análise por sectores (cf. Quadro nº 8) destaca também a recolha através de poço, em particular no Cacheu (95,7%), indiciando uma importância relativa de furo com bomba para Calequisse (16%), Caió (11,6%) e Canchungo (10,3%).

QUADRO Nº 8 - ACESSO A ÁGUA POR SECTOR (EM PERCENTAGEM)

Acesso a água	Sector				Total
	Cacheu	Caió	Calequisse	Canchungo	
Apoio Vizinhos	0,0%	0,0%	1,2%	0,0%	0,2%
Depende	0,0%	0,0%	6,2%	0,0%	1,1%
Furo com bomba	0,0%	11,6%	16,0%	10,3%	9,1%
Poço	95,7%	82,6%	72,8%	84,6%	84,8%
Recolha da chuva	0,0%	0,0%	0,0%	1,9%	0,6%
Rio, lagoa ou bacia	0,0%	4,1%	0,0%	0,6%	1,3%
Torneira Pública	4,3%	0,0%	1,2%	0,6%	1,5%
NR	0,0%	1,7%	2,5%	1,9%	1,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

O tempo que os inquiridos despendem para obter água doce para consumo doméstico é, em média, inferior a 1 hora (61,6%), incluindo a saída, o percurso, a recolha e o regresso. Apesar desta indicação, constata-se ainda a existência de dificuldade no acesso a recursos hídricos, já que, da análise por sector percebe-se que 40,5% dos inquiridos de Cacheu demoram mais de uma hora, situação similar para os de Calequisse (38,2%) e de Caió (27,4%), onde 10% refere distar em mais de 2 horas. No caso de Caió, verifica-se uma taxa de não respostas ou de desconhecimento do tempo necessário muito elevada, atingindo os 38,8%.

QUADRO Nº 9 - TEMPO DESPENDIDO PARA OBTENÇÃO DE ÁGUA DOCE POR SECTOR (EM PERCENTAGEM)

Sector	Tempo				Total
	0 a 1 hora	1 a 2 horas	2/+ horas	Não Sabe/NR	
Cacheu	56,9%	37,9%	2,6%	2,6%	100,0%
Caió	33,9%	17,4%	10,0%	38,8%	100,0%
Calequisse	56,8%	29,6%	8,6%	5,0%	100,0%
Canchungo	89,1%	8,3%	1,9%	0,6%	100,0%
Total	61,6%	21,5%	5,3%	11,6%	100,0%

No que respeita a fontes de energias principais, a maioria dos inquiridos recorre a lenha (99,1% em Cacheu; 60,3% em Caió; 39,5% em Calequisse) ou a carvão (94,8% em Cacheu; 63,5% em Canchungo; 56,8% em Calequisse) como fonte de energia principal, considerando-os como recursos importantes ou muito importantes, o que se pode explicar dada a elevada disponibilidade, associada à facilidade na obtenção. De forma complementar, outras fontes energéticas são relativizadas, como o petróleo, a electricidade ou o gás, que apenas é referido como importante ou muito importante em Calequisse (61,7%).

A forma de obtenção de lenha para consumo doméstico apresenta consenso para todos os sectores, que referem a recollecção directa (93,7%), havendo uma pequena variação por sector no que respeita à hipótese de compra. Assim, são os inquiridos de Canchungo que mais referem comprar lenha (5,1%), seguidos dos de Cacheu (4,3%), enquanto que os de Calequisse indicam a troca (4,1%).

No que respeita ao rendimento do agregado familiar dos inquiridos (cf. Quadro nº 10), quem mais contribui para a sua aquisição é o próprio respondente (58,2%) ou o cônjuge (33,3%). Neste caso, é relevante analisar as diferenças por sector, já que são os respondentes de Cacheu (87,1%) e de Canchungo (80,1%) que mais consideram serem os próprios a contribuir de forma decisiva para o rendimento, enquanto que os de Caió (81%) e os de Calequisse (50,6%) indicam ser o cônjuge.

QUADRO Nº 10 - CONTRIBUTO PARA O RENDIMENTO FAMILIAR POR SECTOR (EM PERCENTAGEM)

Sector	Rendimento					Total
	Respon-dente	Cônjuge	Filhos	Outro Familiar	NR	
Cacheu	87,1%	7,8%	0,9%	0,0%	4,3%	100,0%
Caió	14,0%	81,0%	3,3%	0,8%	0,8%	100,0%
Calequisse	40,7%	50,6%	0,0%	4,9%	3,7%	100,0%
Canchungo	80,1%	6,4%	0,6%	7,7%	5,1%	100,0%
Total	58,2%	33,3%	1,3%	3,6%	3,6%	100,0%

Conforme especificado no Quadro nº 11, o que respeita à ocupação e à actividade profissional dos inquiridos, pode considerar-se que se insere no sector primário (80,4%), prevalecendo os segmentos agrícola (53,8%) e pecuário (22,9%), bem como as actividades associadas ao pequeno comércio local (17,4%).

QUADRO Nº 11 - PRINCIPAL ACTIVIDADE PROFISSIONAL DO INQUIRIDO (EM PERCENTAGEM)

Actividade	
Agricultura	53,8%
Pecuária	22,9%
Pesca	3,7%
Processamento tradicional	1,0%
Artesanato	1,1%
Comércio	17,4%
Total	100,0%



Os inquiridos, ou outros membros do agregado familiar, são proprietários de parcelas de terra com usufruto directo (88,7%), particularizando-se esta situação em Cacheu e Calequisse, com obtenção de 100% de respostas (cf. Quadro nº 12). Tal como sucede em relação a outras questões, o índice de “Não Resposta” no Canchungo é elevado (33,3%).

QUADRO Nº 12 - PROPRIEDADE DE TERRA COM USUFRUTO POR SECTOR (EM PERCENTAGEM)

Sector	Proprietário		
	Sim	NR	Total
Cacheu	100,0%	0,0%	100,0%
Caió	99,1%	0,9%	100,0%
Calequisse	100,0%	0,0%	100,0%
Canchungo	66,7%	33,3%	100,0%
Total	88,7%	11,3%	100,0%

De uma forma geral, os inquiridos que têm a propriedade e o usufruto de terra referem viver esta situação há mais de três anos (56,1%), havendo também um número elevado de indivíduos que manifestam desconhecimento (19,4%).

A forma de aquisição da propriedade maioritariamente mencionada foi a herança (45,1%), tendo também importância a doação, referida por 25,1% dos inquiridos. Da análise por sector (cf. Quadro nº 13), e tal como ocorre noutras situações anteriormente apresentadas, Caió destaca-se, visto que 53,1% afirma ter adquirido a propriedade através da compra, evidenciando-se no Canchungo um elevado número de “Não Resposta” ou desconhecimento.

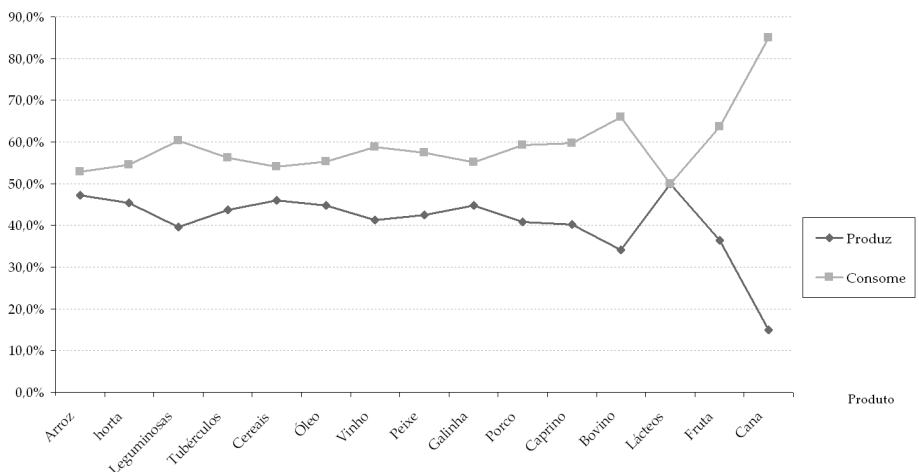
QUADRO Nº 13 - IDENTIFICAÇÃO DAS FORMAS DE AQUISIÇÃO DE PROPRIEDADE POR SECTOR (EM PERCENTAGEM)

Aquisição	Sector				
	Cacheu	Caió	Calequisse	Canchungo	Total
Compra	5,3%	53,1%	1,4%	0,0%	16,7%
Construiu	0,0%	0,0%	0,0%	1,6%	0,5%
Doação	50,0%	13,3%	34,7%	9,3%	23,1%
Herança	42,1%	31,0%	62,5%	49,6%	45,1%
Não Sabe/NR	2,6%	2,7%	1,4%	39,5%	14,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Conforme ilustra o Gráfico nº 1, em termos médios e no total, o consumo de bens (56,4%) é superior à produção (43,6%), sendo possível identificar os alimentos que apresentam maiores discrepâncias entre níveis de produção e

de consumo. Assim, registam-se fortes diferenças: na produção de cana (15%) face ao consumo (85%); em produtos frutícolas, cuja produção é de 36,4% e o consumo de 63,6%; em carne de bovino com 34,1% de produção e 65,9% de consumo; em leguminosas (39,7% de produção e 60,3% de consumo).

GRÁFICO Nº 1 - COMPARAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DO AGREGADO FAMILIAR

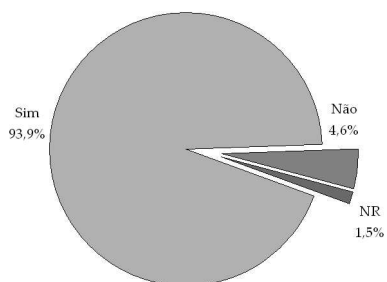


Contudo, é importante referir que, para qualquer um dos produtos considerados e referidos pelos inquiridos, não se verificam situações em que a produção seja superior ao consumo, sendo os produtos lácteos os que mais se aproximam, apesar de registarem um número absoluto muito reduzido de respostas e que não apresenta significado do ponto de vista estatístico (29).

### 5. Avaliação do Projecto

De uma forma geral, e com base na análise da representação constante no Gráfico nº 2, todos os sectores onde o Estudo decorreu receberam benefícios através do PISAC (93,9%), se bem que, com base na análise dos dados recolhidos, se possa perceber um apoio diferenciado em função das regiões. Assim, os inquiridos que mais beneficiaram com o PISAC são residentes no sector de Canchungo (34,6%), seguido de Cacheu (25,8%) e Caió (23,8%), sendo de Calequisse (15,7%) os que menos beneficiaram.

GRÁFICO Nº 2 - BENEFÍCIOS DO PISAC



A maioria dos inquiridos é membro de uma organização associativa, destacando-se as associações locais (76,1%) relativamente às cooperativas, que não evidenciam expressão (0,2%).

QUADRO Nº 14 - PERTENÇA ASSOCIATIVA POR SECTOR (EM PERCENTAGEM)

Sector	Membro				Total
	Associação Local	Cooperativa	Não Sabe/NR	Nenhuma	
Cacheu	69,3%	0,9%	10,5%	19,3%	100,0%
Caió	86,8%	0,0%	4,1%	9,1%	100,0%
Calequisse	96,3%	0,0%	1,2%	2,5%	100,0%
Canchungo	62,2%	0,0%	9,0%	28,8%	100,0%
Total	76,1%	0,2%	6,8%	16,9%	100,0%

Contudo, com base na análise do Quadro nº 14, apesar do elevado índice de pertença associativa para qualquer um dos sectores, podem perceber-se alguns desequilíbrios em relação à média, nomeadamente no que respeita a Canchungo (62,2%) e a Cacheu (69,3%), onde os índices de não pertença a qualquer organização associativa são mais elevados (28,8% e 19,3%, respectivamente).

Dos inquiridos que pertencem a organizações associativas (cf. Quadro nº 15), a maioria participa nas actividades programadas e desenvolvidas, bem como nas reuniões (71,6%), evidenciando-se particular destaque tanto para as associações locais (93,9%) como para as cooperativas (100%), sendo de referir que, neste caso, o número absoluto de respostas é apenas de um.

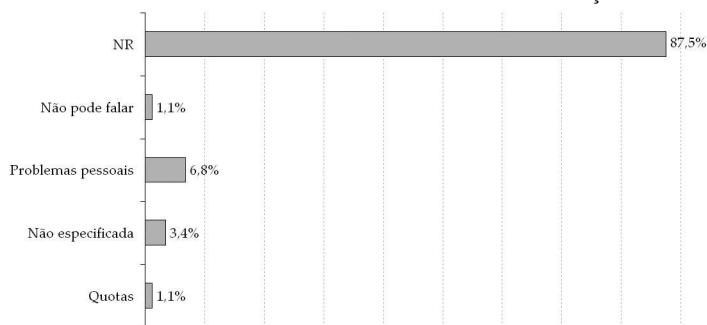
QUADRO Nº 15 - ÍNDICES DE PARTICIPAÇÃO POR PERTENÇA ASSOCIATIVA (EM PERCENTAGEM)

Membro	Participação			Total
	Sim	Não	NR	
Associação Local	93,9%	2,2%	3,9%	100,0%
Cooperativa	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Não Sabe	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%
Nenhuma	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%
NR	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%
Total	71,6%	18,6%	9,7%	100,0%

De forma complementar, dos inquiridos que não participam nas reuniões e nas actividades associativas, a grande maioria (90,9%) refere não pertencer a nenhuma organização.

No que respeita às razões para a não participação (cf. Gráfico nº 3), o número total de respostas válidas foi de 88, das quais a maioria opta por não responder (87,5%), sendo que as razões mais enunciadas foram os problemas pessoais (6,8%).

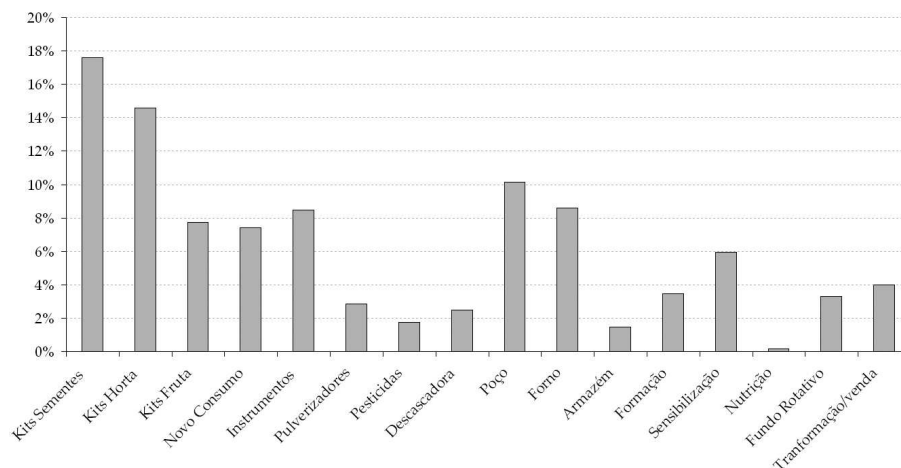
GRÁFICO Nº 3 - RAZÕES PARA A NÃO PARTICIPAÇÃO



Como já foi referido, a maioria dos inquiridos (93,9%) beneficiou directamente com o PISAC, podendo estabelecer-se uma relação entre os inquiridos que mais foram apoiados pelo Projecto e os que pertencem a organizações associativas. Assim, dos que pertencem a associações, 95,8% receberam apoio directo do PISAC e destes, 77,8% manifestam ter práticas associativas.

Os principais benefícios referidos (cf. Gráfico nº 4) são: os kits de sementes (17,6%); os kits hortícolas (14,6%); o poço (10,2%); o forno de secagem de peixe (8,6%); os instrumentos agrícolas (8,5%) e os kits frutícolas (7,7%), perfazendo 67,2% do apoio. Da mesma forma, os apoios menos indicados pelos inquiridos são as campanhas de nutrição (0,1%), as condições de armazenagem da produção (1,5%), os pesticidas (1,8%), a descascadora (2,5%) e os pulverizadores (2,9%). É ainda de referir que alguns dos apoios, apesar de serem mencionados, revelam pouca abrangência, nomeadamente os fundos rotativos (3,3%), a formação (3,5%) e o apoio à transformação de óleo de palma, com as prensas de óleo (4%).

GRÁFICO Nº 4 - APOIOS RECEBIDOS NO PISAC



A maioria dos inquiridos (67,8%) refere a ocorrência de mudanças após a implementação do PISAC, sendo de destacar que 32,2% indica não saber ou não responder. No cômputo geral, a maioria refere ter sentido transformação no consumo (91,1%), sendo de registar também a importância das mudanças a nível da produção (86,9%).

No geral, e de acordo com o Quadro nº 16, a principal alteração respeita ao acréscimo de produção e de consumo (60,8%), com menor importância para qualquer uma das restantes hipóteses consideradas, não sendo contudo de ignorar 31,6% de “Não Resposta”.

Da análise por sector, é evidente uma valorização da mudança na produção e no consumo, tanto para o Cacheu (81,9%) como para o Canchungo (79,5%), sendo particularmente marcadas as “Não Respostas” em Caió (74,4%) e divididas de forma aproximada, entre a mudança (53,1%) e a não resposta (46,9%), em Calquisse.

QUADRO Nº 16 - IDENTIFICAÇÃO DAS MUDANÇAS POR SECTOR (EM PORCENTAGEM)

Tipo de Alteração	Sector				Total
	Cacheu	Caió	Calequisse	Canchungo	
Água	3,4%	0,0%	1,2%	0,0%	1,1%
Alimentação equilibrada	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%
Consumo	0,0%	0,0%	0,0%	2,6%	0,8%
Desenvolvimento comunitário	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%	0,2%
Deslocação	0,0%	0,0%	0,0%	1,3%	0,4%
Maior produção e consumo	81,9%	24,8%	48,1%	79,5%	60,8%
Maior rendimento	3,4%	0,0%	2,5%	6,4%	3,4%
Materiais	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%
Melhoria na associação	0,0%	0,8%	0,0%	0,0%	0,2%
Novos produtos	0,0%	0,0%	1,2%	0,0%	0,2%
Vendas	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%	0,2%
Não Sabe/NR	9,5%	74,4%	46,9%	8,9%	32,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Por outro lado, os benefícios foram valorizados de forma diferenciada, em função dos sectores. Assim, o acesso a água doce, a possibilidade de ter uma alimentação equilibrada e a disponibilidade de materiais foram mais referidos pelos inquiridos de Cacheu; as melhorias nas associações foram mais valorizadas pelos de Caió; o acesso a novos produtos pelos de Calequisse; o consumo, o desenvolvimento comunitário, a facilidade nas deslocações e o rendimento pelos de Canchungo.

As alterações mais referidas foram: o aumento do rendimento disponível (15,5%); a alimentação (15%); o acesso à saúde (13,9%); as condições de produção (12,4%); a poupança (10,2%) e a educação (9,9%), completando um total de 77%.

QUADRO Nº 17 - IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES POR SECTOR (EM PERCENTAGEM)

Sector	Alteração								
	Rendimento	Alimentação	Saúde	Roupa	Educação	Habitação	Deslocações	Poupança	Produção
Cacheu	12,7%	12,7%	12,4%	11,1%	11,6%	10,2%	10,5%	8,7%	10,1%
Caió	17,4%	16,7%	16,9%	2,4%	10,7%	3,3%	7,2%	9,5%	15,9%
Calequisse	20,4%	19,7%	18,7%	3,9%	10,9%	1,4%	6,3%	9,2%	9,5%
Canchungo	15,6%	14,7%	12,2%	10,3%	7,5%	4,2%	10,0%	12,3%	13,3%
Total	15,5%	15,0%	13,9%	8,2%	9,9%	5,6%	9,2%	10,2%	12,4%

As alterações menos referidas e que indiciam menor valorização pelos inquiridos são as melhorias na habitação (5,6%), a roupa (8,2%) e as deslocações (9,2%).

De uma forma geral, os inquiridos referem ter sentido dificuldades diversas, tais como o financiamento da produção (28,7%), os conhecimentos técnicos (27,3%), a distância em relação aos principais postos de venda e mercados, resultado do isolamento (15,3%), a fraca capacidade de consumo (12,1%) e a falta de água (11,1%), completando 94,5% das respostas. As dificuldades menos sentidas foram a falta de trabalhadores (3,2%), as avarias das máquinas (3,3%) e o custo da produção (4,7%).

QUADRO Nº 18 - IDENTIFICAÇÃO DAS DIFICULDADES SENTIDAS POR SECTOR (EM PERCENTAGEM)

Sector	Dificuldade							
	Financiamento	Conhecimentos	Trabalhadores	Distância	Procura	Água	Avarias	Custo
Cacheu	35,2%	33,3%	1,3%	6,7%	13,7%	8,6%	1,0%	0,3%
Caió	28,5%	13,1%	6,3%	8,4%	9,9%	13,9%	9,2%	10,7%
Calequisse	26,3%	23,0%	1,7%	16,0%	10,3%	17,3%	0,7%	4,7%
Canchungo	24,3%	17,5%	2,9%	33,9%	15,4%	3,9%	0,7%	1,4%
Total	28,7%	21,4%	3,2%	15,3%	12,1%	11,2%	3,3%	4,7%

A maioria dos inquiridos (cf. Quadro nº 19) afirma ter tido sucesso a ultrapassar as dificuldades (82,5%), sendo relativamente consensual para todos os sectores. Contudo, há a destacar que, em Calequisse, apesar da superação de problemas ser satisfatória, o índice de respostas negativas apresenta significado (28,4%).

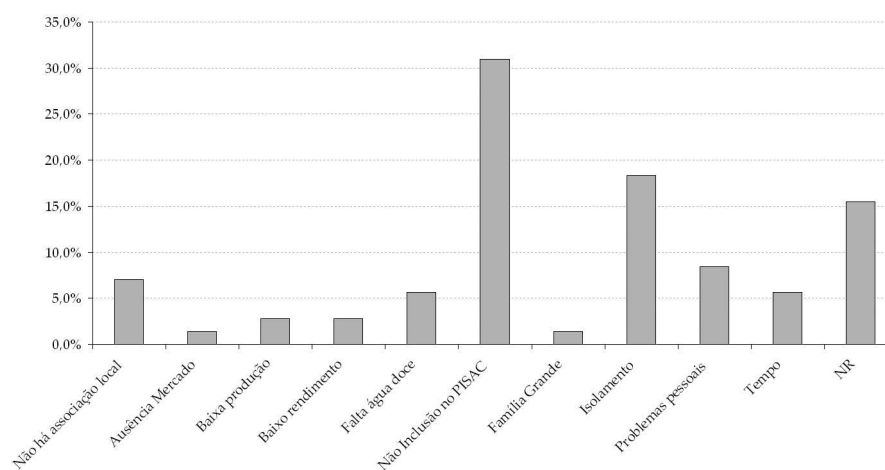
Em termos médios, as dificuldades têm sido superadas com o apoio directo da AD através do PISAC (94,8%), não se registando discrepâncias por sector, tendo em consideração que todos apresentam valores iguais ou superiores a 90%.

QUADRO Nº 19 - DIFICULDADES ULTRAPASSADAS POR SECTOR (EM PORCENTAGEM)

Sector	Ultrapassou			Total
	Sim	Não	NR	
Cacheu	94,8%	0,0%	5,2%	100,0%
Caió	83,5%	14,9%	1,7%	100,0%
Calequisse	70,4%	28,4%	1,2%	100,0%
Canchungo	78,8%	19,2%	1,9%	100,0%
Total	82,5%	15,0%	2,5%	100,0%

No que respeita a outras formas de superar as dificuldades, foram referidos, com menor expressão, o apoio familiar (3,4%) e o comunitário (1,8%). Da análise por sector, pode-se dizer que os inquiridos de Calequisse (8,8%) e de Caió (6,9%) se apoiam também na família, enquanto que os de Canchungo recorrem à colaboração da comunidade (4,8%).

GRÁFICO Nº 5 - RAZÕES PARA NÃO ULTRAPASSAR DIFICULDADES



Conforme apresentado no Gráfico nº 5, dos inquiridos que referem que as dificuldades não foram superadas (15% do total, a que correspondem 71 indivíduos), a maioria não especifica a razão e, quando esta é mencionada, o motivo mais referido é não ter sido, nesta fase, abrangido pelos apoios do PISAC (31%) ou o isolamento regional (18,3%).

Da avaliação efectuada pelos inquiridos aos apoios recebidos, há a destacar que, no geral e em termos médios, a maioria dos benefícios é definida como boa ou excelente (71,2% nos kits hortícolas, 69% no fundo rotativo, 68,4% no forno, 67,5% nos kits de sementes, 64,4% nos kits frutícolas, 62,2% no apoio à transformação de óleo de palma, 59,1% no poço, 55,4% nos programas de sensibilização, 45,6% nos instrumentos, 42,8% na formação, 40,9% na descascadora).

Na avaliação dos benefícios, e em todos os tipos de apoio considerados, é referido que, apesar de classificados como excelentes ou bons, são insuficientes face às necessidades: 47,4% para os pesticidas; 43,2% para os pulverizadores; 43% para os instrumentos; 28,8% para o poço; 22,7% para a descascadora; 21,5% para os kits frutícolas; 19,5% para o forno; 14,6% para os kits hortícolas; 14,3% para a formação; 13,3% para os kits de sementes; e eventualmente maus (80,8% as campanhas de nutrição, 46,5% o armazém, 37,5% a formação, 27,3% a descascadora).

Uma das primeiras constatações que se podem retirar é que os apoios foram sentidos como importantes, tendo no geral os inquiridos usufruído dos benefícios concedidos. Contudo, são sentidos como insuficientes face às necessidades que se mantêm, havendo inclusivamente referência a apoios que não foram recebidos de forma abrangente e equitativa, como é o caso das campanhas de nutrição, a formação e as acções de sensibilização.

Da avaliação por sector, os inquiridos de:

1. Cacheu avaliam como bom ou excelente: o forno de secagem de peixe (30,3%), os kits hortícolas (31%) e de sementes (28,5%);
2. Caió consideram que os melhores apoios foram: os kits frutícolas (29,8%), de sementes (29,1%) e hortícolas (23,1%), considerando-os contudo insuficientes, bem como aos instrumentos agrícolas, aos pulverizadores e ao poço;
3. Calequisse valorizam mais: os kits de sementes (59,3%), considerando insuficientes os instrumentos agrícolas, o poço e o forno de secagem de peixe;
4. Canchungo qualificam melhor: as acções de sensibilização (32,7%), os kits hortícolas (30,8%) e o forno (21,8%).

As sugestões apresentadas evidenciam, de forma clara e inequívoca, e independentemente do sector, uma vontade explícita de dar continuidade às actividades introduzidas e apoiadas pelo PISAC (73,2% do total de respostas válidas), registando-se variações no que respeita a outras sugestões, nomeadamente quando solicitada uma especificação para a sugestão a apresentar.

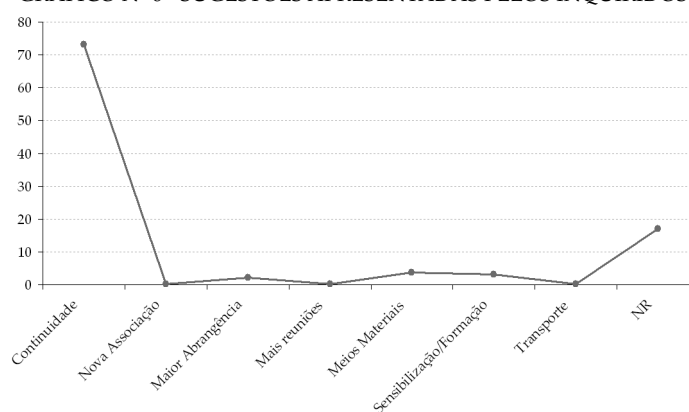
As principais variações em relação à média registam-se em Caió, devido a um elevado índice de não respostas (46,3%). Quanto à identificação do tipo de apoio que é desejado que tenha continuidade, de uma forma geral recai sobre a maior abrangência, os meios materiais e a sensibilização comunitária (cf. Gráfico nº 6).

Quanto à análise por sector, há a destacar: uma evidente aspiração pela continuidade do PISAC, particularmente manifestada pelos inquiridos de Canchungo (38,9%), bem como a maior abrangência das acções (70%); a necessidade de realização de mais reuniões, para os beneficiários de Calequisse (100%); a criação de novas associações (100%) e apoio com materiais (61,1%) para Caió; o transporte (100%) e as acções de formação e de sensibilização (60%) para o sector de Cacheu.



Quanto à definição de cenários futuros após a conclusão do PISAC, a maioria dos inquiridos afirma que continuará a produzir de acordo com o ajustado no Projecto (92%), sendo os valores relativos ao consumo ligeiramente inferiores, apesar de muito significativos (85,8%). É ainda de destacar que uma percentagem importante dos inquiridos refere que o futuro após a conclusão do PISAC depende dos apoios que venham a ser disponibilizados (57,6%).

GRÁFICO Nº 6 - SUGESTÕES APRESENTADAS PELOS INQUIRIDOS



Da análise por sector, percebe-se que aquele que apresenta valores percentuais mais relevantes é Caió (94,2%) e menos importantes, se bem que ainda elevados, é Calequisse (85,2%). Paralelamente, são os inquiridos de Cacheu aqueles que mais afirmam que continuarão a consumir da mesma forma (93,9%); os de Canchungo aqueles que revelam mais dúvidas quanto à possibilidade de darem continuidade às práticas de consumo adquiridas com os benefícios do Projecto (75,6%). Também no que respeita ao entendimento condicionado do futuro após o PISAC, em relação ao consumo e à produção, os de Caió são os que apresentam valores mais elevados (92,6%) e os de Calequisse os mais baixos (14,8%).





## Conclusão do Estudo

Conforme foi descrito anteriormente (cf. Apresentação), o objectivo do Estudo foi caracterizar as condições de vida e de bem-estar das famílias abrangidas pelo Projecto Integrado de Segurança Alimentar de Cacheu, através da elaboração de um diagnóstico que permitisse identificar as principais mudanças, directas e indirectas, desencadeadas a nível comunitário por influência das acções promovidas.

Neste contexto, e tendo em conta as comunidades dos sectores da Região de Cacheu que foram analisadas – Cacheu, Caió, Calequisse e Canchungo –, pode dizer-se que as famílias vivem em situação de carência e de pobreza, apesar de terem beneficiado com um conjunto de melhorias, resultantes dos apoios viabilizados e introduzidos através do Projecto.

Em jeito de síntese, o Projecto tem-se caracterizado por um princípio de polivalência metodológica, em que a coordenação foi desenvolvida de forma concertada por uma parceria internacional e por agentes locais de desenvolvimento, apelando à participação e ao envolvimento dos grupos comunitários, que tradicionalmente eram considerados apenas como beneficiários, atribuindo-lhes e reconhecendo-lhes a capacidade de agir e de interagir na tomada de decisões.

Os parceiros interlocutores do PISAC têm assim manifestado preocupação com a valorização das atitudes proactivas<sup>26</sup> no seio da parceria, estimulando o contributo e o envolvimento das comunidades locais na elaboração do diagnóstico, na definição das necessidades, na identificação das formas de

<sup>26</sup> Esta conclusão foi extraída a partir da conjugação entre os dados recolhidos através da aplicação do inquérito por questionário e a aferição possibilitada pela entrevista (cf. Anexo), pelos contactos informais estabelecidos e pela observação directa.

dar continuidade às acções programadas, auscultando os diferentes interesses e apoiando-se nos grupos locais para desenvolver as actividades planeadas.

Tendo presentes os objectivos do PISAC, foram percebidas ao longo do Estudo, e com base na conjugação de informação disponibilizada por diferentes fontes, três grandes preocupações, a saber:

1. a continuidade e a regularidade produtivas numa região marcada pela insegurança e incerteza no que respeita ao ritmo produtivo do sector primário;
2. a disponibilização de meios materiais de apoio ao desenvolvimento e à modernização das actividades produtivas caracteristicamente tradicionais;
3. a capacitação técnica e a sensibilização temática das famílias, face aos fracos níveis de qualificação e insuficiente informação.

Da análise dos dados recolhidos pelo inquérito, conjugados com a entrevista ao coordenador local e com a observação possível no decorrer da missão, conclui-se que, qualquer uma das preocupações enunciadas esteve presente, apesar dos efeitos terem sido sentidos de forma diferenciada, tanto a um nível global como por sector. Esta consideração significa que:

1. a produção regular e contínua foi parcialmente verificada, tendo em conta que não se conseguiu obter dados conclusivos no que respeita a quantidades, anteriores e posteriores ao PISAC, que permitam efectuar um diagnóstico com segurança e rigor técnicos. Este facto é explicado, por um lado, pela não coincidência entre a data de realização da missão com a recolha dos dados no terreno e os períodos após a colheita e, por outro lado, porque os dados recolhidos pelos inquiridores referentes a quantidades não evidenciam uma medida-padrão comum, homogénea e consensual;
2. a disponibilização de meios foi efectuada, bem como prosseguida a modernização de um conjunto de actividades produtivas, através da utilização local de técnicas adequadas, nomeadamente no que respeita à introdução de: descascadoras de arroz, substituindo o pilão tradicional; fornos de secagem de peixe para uso comunitário; prensas para transformação de “chabeu” e produção de óleo de palma;
3. a capacitação técnica e a sensibilização temática são requisitos importantes mas que, com base na avaliação efectuada, requerem novas intervenções, especificamente direccionadas, em função das populações e das necessidades, não sendo evidentes as mudanças ao nível dos hábitos das famílias, nomeadamente em temas chave como são por exemplo os casos da higiene, saúde, alimentação racional e nutrição equilibrada.

Em jeito de síntese, pode caracterizar-se o beneficiário do PISAC, directo ou indirecto, com base nos traços predominantes, sendo residente em meio rural, adulto jovem, casado e com filhos, de etnia Manjaco e com um baixo nível de escolarização.

As condições de habitabilidade são precárias, tanto no que respeita à construção como às infraestruturas disponíveis, que pudessem eventualmente caracterizar a situação de bem-estar vivida pelo agregado familiar. Neste sentido, as famílias dispõem de um acesso muito condicionado a recursos vitais, como é o caso da água doce, pela não cobertura da totalidade da área considerada, dado o acesso mais comum ser o poço, e o tempo médio de recolha de cerca de uma hora. Paralelamente, a fonte de energia principal é a lenha, obtida de forma tradicional, através de recolção directa. A caracterização do acesso a estes recursos evidencia ainda a situação de isolamento em que as comunidades estudadas se encontram.

O rendimento do agregado familiar é conseguido maioritariamente através do contributo do beneficiário, e eventualmente do(s) cônjuge(s), desenvolvendo actividades enquadradas no âmbito do sector primário, complementadas pelo pequeno comércio de características locais. O beneficiário tem a propriedade e/ou o usufruto directo de parcela de terra, cuja forma de aquisição foi herança, em média há mais de três anos.

De uma forma geral, o beneficiário tende a consumir mais bens do que aqueles que produz, registando-se situações importantes de não coincidência entre o tipo de bens produzidos e consumidos. Esta não coincidência evidencia um contexto de falta de auto-suficiência produtiva, geradora de instabilidade e de incerteza na gestão imediata, ou seja quotidiana, dos recursos familiares disponíveis para a sobrevivência.

A pertença associativa é uma realidade para os beneficiários, principalmente traduzida na forma de Associação Local, reconhecendo-se uma atitude participativa nas actividades promovidas e nas reuniões realizadas, podendo assim estabelecer-se uma ligação directa entre a prática associativa e o benefício do PISAC.

As principais mudanças sentidas relacionam-se com a forma de produzir, que melhorou, modernizou-se e foi alvo de diversificação, e a acessibilidade ao consumo, que aumentou, permitindo um aumento do acesso a bens e a serviços, sendo contudo de destacar que é variável em função dos sectores, detectando-se ainda carências significativas em relação a consumos primários.

O beneficiário considera que o rendimento familiar foi alvo de acréscimo após a implementação do Projecto, tendo prioritariamente canalizado os recursos disponíveis para a alimentação e a saúde do agregado familiar, investindo na própria produção, retendo em pequenas poupanças, ou aplicando na educação dos filhos, não evidenciando importância as deslocações, a aquisição de roupa ou as melhorias na habitação.

Os principais benefícios, conseguidos através do apoio do PISAC, foram: a diversificação alimentar, permitindo aos membros do agregado familiar beneficiarem de uma alimentação mais equilibrada e regular, que foi conseguida atra-

vés dos incentivos à produção e da disponibilização de materiais, sementes e utensílios; a facilidade na obtenção de água doce, maioritariamente utilizada para consumo doméstico, através da possibilidade de criação de poços para usufruto comunitário; o desenvolvimento comunitário, numa concepção mais abrangente.

As principais dificuldades enunciadas respeitam: à falta de financiamento por não ter sido abrangido pelos apoios do PISAC; à dificuldade de acesso a conhecimentos científicos e técnicos específicos para um melhor aproveitamento dos recursos e das potencialidades locais; à distância e ao isolamento, associados à falta de água e à limitada capacidade de consumo das famílias que, à partida, tende a limitar a apetência para o aumento da produção. Estes constrangimentos têm sido ultrapassados com o apoio da AD, através do PISAC, se bem que estejam condicionados pela disponibilidade e continuidade dos financiamentos.

Os benefícios introduzidos pelo Projecto foram positivamente avaliados, com as qualificações de excelente ou bom, sendo contudo definidos como insuficientes face às necessidades reais. Assim foi considerado de forma consensual que o Projecto promoveu apoios importantes, contribuindo para a dinamização das comunidades locais, estimulando a regularidade produtiva e sendo o mentor da mudança de hábitos e de práticas, que incentivam e estimulam a melhoria das condições de vida das famílias. Apesar deste entendimento, foi ainda referido que os apoios tiveram um carácter localizado, requerendo ainda uma maior abrangência e cobertura, de forma a cumprir um objectivo de equidade.

De forma conclusiva, os beneficiários consideraram que seria importante, e sobretudo desejável, que o Projecto se mantivesse activo por um período acrescido de tempo, com duração a definir, tendo o coordenador local (cf. Entrevista em anexo) sugerido um período mínimo de seis meses, de forma a sustentar a fase de transição para a criação de autonomia comunitária, com base no desenvolvimento e reforço do espírito e da prática associativos.



## Recomendações

**T**endo em conta a análise com base nos dados recolhidos e na observação desenvolvida, recomenda-se que:

1. seja considerada a possibilidade de alargamento do período de funcionamento do Projecto por um período de tempo equivalente a, pelo menos, mais um ano civil, de forma a viabilizar a consolidação dos benefícios introduzidos até à data, dando continuidade à promoção da melhoria das condições de vida das famílias que beneficiaram directamente com os apoios, mas também de forma indirecta, por processos de difusão;
2. no caso de se verificar impossibilidade de alargamento do período de funcionamento do Projecto, que sejam ponderadas as condições necessárias para prosseguir com um programa alargado de formação, privilegiando diferentes actores, e dinamizando acções específicas e vocacionadas para as necessidades reais;
3. paralelamente à formação, seja estruturado um programa alargado de sensibilização comunitária, definido por fases, tendo um carácter regular e permanente, privilegiando as questões relacionadas com a saúde e a higiene, a alimentação equilibrada, e a educação, entre outros;
4. seja equacionada a realização de uma segunda fase do projecto, promovendo a concessão de benefícios a comunidades que não foram incluídas no decorrer da primeira intervenção;
5. com base no PISAC, seja criada uma Rede Regional de Produtores de Cacheu, associando organizações locais, incluindo as que são pouco formalizadas, estimulando o intercâmbio de produtos, conhecimentos e benefícios entre diferentes grupos comunitários, permitindo estimular e/ou reforçar as solidariedades sociais de âmbito local e regional;

6. seja prevista a realização de um Encontro Inter-Regional com representantes comunitários, de forma a divulgar e a partilhar experiências, bem como práticas bem sucedidas que podem ser identificadas a partir do caso do PISAC, e que venham a resltar na diusão dos efeitos;
7. na possibilidade de se verificar o proposto em 6., seja equacionada a apresentação de uma mostra/exposição de produtos obtidos, bem como fotografias que exemplifiquem as principais mudanças introduzidas com o Projecto;
8. no caso de se verificarem condições para a continuidade, que os momentos avaliativos sejam programados por fases, de forma a que as mudanças sejam evidenciadas de forma natural, e viabilizadas quantitativamente;
9. os técnicos e animadores tenham a possibilidade de beneficiar de momentos formativos, com um carácter de regularidade, no sentido de adquirirem e reforçarem a autonomia local, do ponto de vista metodológico, no que respeita directamente à recolha e ao tratamento de dados, criando uma espécie de Observatório Local das acções, mesmo que para isso necessitem de acompanhamento externo com um carácter pontual;
10. no âmbito do Observatório, se possa dar continuidade a um levantamento regular de caracterização sociodemográfica e socioeconómica que facilite a realização de futuros Estudos.



## Referências Bibliográficas Consultadas

BIT (2005) – *Formação para a gestão dos bancos de cereais. Auto-Avaliação*. Departamento de Cooperação, Ministério da Segurança Social e do Trabalho de Portugal, Bureau Internacional do Trabalho;

BIT (2004) – *Formação para a gestão dos bancos de cereais. Organização Interna*. Departamento de Cooperação, Ministério da Segurança Social e do Trabalho de Portugal, Bureau Internacional do Trabalho;

BIT (2004) – *Formação para a gestão dos bancos de cereais. Aprovisionamento, armazenamento e movimento de cereais*. Departamento de Cooperação, Ministério da Segurança Social e do Trabalho de Portugal, Bureau Internacional do Trabalho;

CE (2006) – *Appel à propositions réf: EuropeAid/FOOD/123393/L/ACT/GW, Anexo I, Documento Técnico do País* – Guiné-Bissau, Programa de Segurança Alimentar ONG 2005;

FAO (2004) – *Guiné-Bissau 2004, Food and Agriculture Indicators* (<http://www.fao.org>);

IMVF (2002) – *Projecto Integrado de Segurança Alimentar de Cacheu – Guiné-Bissau*. Lisboa, Instituto Marquês de Valle Flôr. Contrato CE: FOOD/2003/057-028/109, com início em 01/12/2003;

IMVF (2004) – *Projecto Konkobai, Programa de Segurança Alimentar ONG 2004*. Projecto apresentado à Comissão Europeia;

INEC (2005) – *Guiné-Bissau em números*. Bissau, Instituto Nacional de Estatística e Censos;

PNUD (2005) – *Relatório de Desenvolvimento Humano*;

The World Bank Group (2005) – *Guinea Bissau at a glance*;

United Nations Population Division (2002) – *World Population Prospects: the 2002 revision*. Volume I, Comprehensive Tables;

UN System Network on Rural Development and Food Security (2001) – *Grupo Temático do Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar*, República da Guiné-Bissau ([www.rdfs.net/linked-docs/GB-brochure.pdf](http://www.rdfs.net/linked-docs/GB-brochure.pdf)).



## Anexos

### Anexo 1 Tabancas visitadas

#### APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS

Sector	Código	Inquiridores	Tabanca
CACHEU	02 01 03	Admir Baticã Ferreira Francisco Arafan Numó Coba Gomes	Areia Bijop Bucucur Burnei Cabacera Cacan Ponta Sumarino Ponta Upabren Ponta Vasco Praça Ribada
<b>Nº Tabancas</b>			<b>11</b>
CAIÓ	01 02	Adelino José Cafeguimpo Simôncio Augusto Oquine	Bin Hangai Cajuguite Ponta de Pedra Ponta Incas
<b>Nº Tabancas</b>			<b>4</b>
CALEQUISSE	01 02	Flaviano Manduara Correia Neto Gomes	Bajob Balombe Barambe Barepinde Batan Betenda Biepar
<b>Nº Tabancas</b>			<b>7</b>
CANCHUNGO	02 03 01	Armando Sampa João Gomes Leandro Pinto Júnior	Babanda Biacha Bucucute Cachobar Caroncá Pelundo Pindai Reno-Utiacor Tchada
<b>Nº Tabancas</b>			<b>9</b>
<b>Total Tabancas</b>			<b>31</b>

## Anexo 2

### Guião do Inquérito por Questionário

A AD e o IMVF estão a realizar um estudo socioeconómico na região de Cacheu com o objectivo de avaliar o nível de segurança alimentar das famílias. As informações disponibilizadas através das respostas ao inquérito por questionário são confidenciais e serão utilizadas apenas para tratamento estatístico. Agradecemos a sua colaboração.

Data: \_\_\_\_/03/2006 | Hora: \_\_\_\_ h \_\_\_\_ | Entrevistador: \_\_\_\_\_

Pedir apoio ao respondente para representação da área produtiva por referência à residência do agregado familiar

1. Sector:

- (01) Cacheu
- (02) Caió
- (03) Calequisse
- (04) Canchungo

2. Meio:

- (01) Rural
- (02) Urbano

3. Sexo do respondente:

- (01) Masculino
- (02) Feminino

4. Idade do respondente:

- (01) 18-25
- (02) 26-35
- (03) 36-45
- (04) 46-55
- (05) 56-65
- (06) + 66

5. Estado Civil do respondente:

- (01) Solteiro(a)
- (02) Casado(a)
- (03) Separado(a)/Divorciado(a)
- (04) Viúvo(a)

6. Tem filhos? *se a resposta for NÃO, passe à questão nº 8*

- (01) Sim
- (02) Não

6.1. Se sim, indique quantos: \_\_\_\_\_

7. Idade e sexo dos filhos:

*resposta múltipla - indicar o número de filhos por escalão etário e sexo*

- |                      | Masculino                | Feminino                 |
|----------------------|--------------------------|--------------------------|
| (01) Até 1 ano       | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| (02) De 1 a 5 anos   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| (03) De 6 a 10 anos  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| (04) De 11 a 14 anos | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| (05) De 15 a 19 anos | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| (06) Mais de 20 anos | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

8. Composição do Agregado Familiar, excluindo o respondente, *indicar o número para cada item: resposta múltipla*

- |                    | nº                       |
|--------------------|--------------------------|
| (01) Marido/Mulher | <input type="checkbox"/> |
| (02) Filhos        | <input type="checkbox"/> |
| (03) Pai/Mãe       | <input type="checkbox"/> |
| (04) Irmãos        | <input type="checkbox"/> |
| (05) Tios          | <input type="checkbox"/> |
| Outro: _____       |                          |

9. Alfabetização do respondente: último completo

- (01) Não sabe ler nem escrever
- (02) Sabe ler/escrever sem grau de ensino
- (03) Ensino primário completo
- (04) Ensino secundário
- (05) Ensino médio/profissional
- (06) Ensino superior incompleto
- (07) Ensino superior completo

10. Etnia do respondente:

- (01) Manjaco
- (02) Mancanha
- (03) Felupe

Outra: \_\_\_\_\_

11. Material utilizado na construção da habitação do Agregado Familiar: *resposta múltipla*

- (01) Alvenaria
- (02) Madeira
- (03) Pedra
- (04) Barro/terra

Outra: \_\_\_\_\_

11.1. Material utilizado na cobertura da habitação/residência

- (01) Palha
- (02) Zinco
- (03) Telha

Outra: \_\_\_\_\_

11.2. Infraestruturas disponíveis na habitação ou aglomerado: *resposta múltipla*

- |                    | Habitação                | Aglomerado               |
|--------------------|--------------------------|--------------------------|
| (01) Água corrente | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| (02) Electricidade | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| (03) Casa de Banho | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| (04) Latrina       | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| (05) Nenhuma       | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Outra: \_\_\_\_\_

11.3. Qual é o acesso a água

- (01) Canalizada em casa
- (02) Torneira pública
- (03) Furo com bomba
- (04) Poço protegido
- (05) Recolha da chuva
- (06) Rio, lagoa ou bacia

Outro: \_\_\_\_\_

11.4. Se tem de se deslocar para ir buscar água, indique o tempo total que demora entre a saída e o regresso, incluindo a recolha: *se NÃO se desloca, passe à questão nº 11.5*

- (01) - 1 hora
- (02) 1 a 2 horas
- (03) 2 a 3 horas
- (04) + 3 horas
- (05) Não Sabe

11.5. Como obtém lenha ou carvão:

- (01) Apanho ou recolho
- (02) Compro
- (03) Troco por outros produtos
- (04) Outra: \_\_\_\_\_

12. Classifique a importância das fontes de energia habitualmente utilizadas pelo agregado familiar: *1 muito importante; 2 importante; 3 indiferente; 4 pouco importante; 5 nada importante*

- |                    | 1                        | 2                        | 3                        | 4                        | 5                        |
|--------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| (01) Carvão        | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| (02) Lenha         | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| (03) Petróleo      | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| (04) Gás           | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| (05) Electricidade | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
- Outra: \_\_\_\_\_

13. Qual é o elemento do agregado que **mais contribui** para o rendimento familiar?  
*resposta simples.*

- (01) Respondente
- (02) Marido/Mulher
- (03) Filhos
- (04) Pai/Mãe
- (05) Irmãos
- (06) Tios
- Outro: \_\_\_\_\_

14. Actividades produtivas tradicionalmente desenvolvidas pelo respondente, para aquisição de rendimento familiar: *resposta múltipla – indicar todas as actividades possíveis*

- (01) Agricultura
- (011) Arroz
- (012) Milho
- (013) Milho Preto
- (014) Milho “bacil”
- (015) Tubérculos (batata doce, mandioca...)
- (016) Leguminosas (feijões)
- (017) Produtos Hortícolas
- (018) Produtos Frutícolas
- (019) Palmar (côco, óleo de palma, sibe,...)
- (02) Produção Animal
- (021) Bovinos
- (022) Caprinos
- (023) Ovinos
- (024) Suínos
- (025) Aves
- (03) Pesca artesanal
- (04) Transformação artesanal de produtos agrícolas
- (05) Artesanato (produção)
- (06) Comércio
- (061) Produtos agrícolas (mercados locais)
- (062) Bideiras e bares
- (063) Artesanato

Outra: \_\_\_\_\_

15. É proprietário da parcela de terra onde produz ou do barco que utiliza na pesca?  
*se a resposta for NÃO, passe à questão nº 16*

- (01) Sim
- (02) Não
- (03) Outro membro do Agregado Familiar

15.1. Se é proprietário, como adquiriu?

- (01) Herança
- (02) Compra
- (03) Doação

Outra: \_\_\_\_\_

15.2. Há quanto tempo tem o usufruto?

- (01) - 1 ano
- (02) entre 1 e 2 anos
- (03) + 3 anos
- (04) Não sabe



16. Actividades produtivas por elemento do agregado familiar: *resposta múltipla*

	Marido Mulher	Filhos	Pai Mãe	Irmãos	Tios Outro
(01) Agricultura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(011) Arroz	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(012) Milho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(013) Milho Preto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(014) Milho "bacil"	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(015) Tubérculos (batata doce, mandioca...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(016) Leguminosas (feijões)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(017) Produtos Hortícolas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(018) Produtos Frutícolas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(019) Palmar (côco, óleo de palma, sibe,...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(02) Produção Animal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(021) Bovinos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(022) Caprinos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(023) Ovinos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(024) Suínos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(025) Aves	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(03) Pesca artesanal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(04) Transformação artesanal de produtos agrícolas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(05) Artesanato (produção)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(06) Comércio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(061) Produtos agrícolas (mercados locais)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(062) Bideiras e bares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(063) Artesanato	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra: _____					

17. Produção alimentar tradicional para consumo do Agregado Familiar, **anterior ao PISAC**: *resposta múltipla*

	Produção	Consumo
(01) Arroz	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(02) Produtos hortícolas (tomate, cenoura, alface, couve)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(03) Leguminosas (feijões)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(04) Tubérculos (batata doce, mandioca,...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(05) Milho e outros cereais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(06) Óleo de palma	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(07) Vinho de palma	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(08) Peixe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(09) Galinha	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(10) Porco	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(11) Cabra, cabrito, carneiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(12) Vaca	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(13) Leite e lacticínios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(14) Fruta: côco, banana, manga, papaia, citrinos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(15) Cana de açúcar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra: _____		

18. É membro de: *especificar qual e há quanto tempo*

- |                       |                          | Desde                |
|-----------------------|--------------------------|----------------------|
| (01) Cooperativa:     | <input type="checkbox"/> | <input type="text"/> |
| (02) Associação Local | <input type="checkbox"/> | <input type="text"/> |
| (03) Nenhuma          | <input type="checkbox"/> | <input type="text"/> |

Outra: \_\_\_\_\_

18.1. Costuma participar nas reuniões e na tomada de decisões com apresentação de propostas? *se a resposta é SIM, passe à questão nº 19.*

- (01) Sim
- (02) Não

18.2. Se não participa, indique as razões?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

19. O seu agregado familiar foi directamente abrangido pelo PISAC? *se a resposta for NÃO, passe à questão nº 22*

- (01) Sim
- (02) Não

19.1. Se sim, especifique de que forma: *resposta múltipla*

- |                                                      |                          |
|------------------------------------------------------|--------------------------|
| (01) Kits de sementes                                | <input type="checkbox"/> |
| (02) Kits hortícolas                                 | <input type="checkbox"/> |
| (03) Kits frutícolas                                 | <input type="checkbox"/> |
| (04) Novos hábitos/consumos alimentares              | <input type="checkbox"/> |
| (05) Instrumentos agrícolas (carros de mão e outros) | <input type="checkbox"/> |
| (06) Pulverizadores                                  | <input type="checkbox"/> |
| (07) Pesticidas                                      | <input type="checkbox"/> |
| (08) Poço                                            | <input type="checkbox"/> |
| (09) Fornos de secagem de peixe                      | <input type="checkbox"/> |
| (10) Armazéns para armazenagem de produtos           | <input type="checkbox"/> |
| (11) Formação específica                             | <input type="checkbox"/> |
| (12) Programas de sensibilização temáticos           | <input type="checkbox"/> |
| (13) Campanhas de nutrição                           | <input type="checkbox"/> |
| (14) Fundos rotativos                                | <input type="checkbox"/> |
| (15) Apoio à transformação e venda de óleo de palma  | <input type="checkbox"/> |

Outra: \_\_\_\_\_

20. Depois de receber os apoios do PISAC, o que se alterou na vida do seu agregado familiar? *resposta múltipla*

- (01) Produção
- (02) Consumo
- (03) Não Sabe

20.1. Se respondeu afirmativamente a alguma das hipóteses da questão anterior, especifique de que forma:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

21. O rendimento do seu agregado familiar aumentou depois de ter recebido apoios do PISAC? *se a resposta for NÃO passe à questão nº 22*

(01) Sim

(02) Não

21.1. Se sim, indique de que forma tem utilizado esse rendimento: *resposta múltipla*

(01) Alimentação

(02) Saúde

(03) Roupas e outros bens de consumo imediato

(04) Melhoria da habitação

(05) Educação dos filhos

(06) Deslocações

(07) Poupança

(08) Produção

Outra: \_\_\_\_\_

22. Indique que tipo de bens passou a produzir e a consumir após a implementação do PISAC na região, e que antes não produzia ou consumia: *resposta múltipla*

	Produção	Consumo
(01) Arroz	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(02) Produtos hortícolas (tomate, cenoura, alface, couve)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(03) Leguminosas (feijões)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(04) Tubérculos (batata doce, mandioca,...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(05) Milho e outros cereais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(06) Óleo de palma	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(07) Vinho de palma	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(08) Peixe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(09) Galinha	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(10) Porco	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(11) Cabra, cabrito, carneiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(12) Vaca	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(13) Leite e laticínios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(14) Fruta: coco, banana, manga, papaia, citrinos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(15) Cana de açúcar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Outra: \_\_\_\_\_

23. Indique que tipo de dificuldades tem sentido:

- (01) Falta de apoio financeiro
- (02) Conhecimentos
- (03) Reduzido número de trabalhadores
- (04) Distância dos mercados e feiras
- (05) Falta de compradores
- (06) Falta de água
- (07) Avarias nas máquinas
- (08) Elevado custo da produção

Outra: \_\_\_\_\_

24. As dificuldades têm sido ultrapassadas? *se respondeu NÃO, passe à questão nº 24.2*

- (01) Sim
- (02) Não

24.1. Se sim, através de que tipo de apoios?

- (01) Comunidade
- (02) AD
- (03) Família

Outra: \_\_\_\_\_

24.2. Se não, indique as razões:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

25. Indique, em média, as quantidades que produzia antes do PISAC e que consegue agora obter, para cada produto *especificar a unidade referida pelo respondente: em kg ou em toneladas*

	Antes	Depois
(01) Arroz	<input type="text"/>	<input type="text"/>
(02) Hortícolas (tomate, cenoura, alface, couve)	<input type="text"/>	<input type="text"/>
(03) Leguminosas (feijões)	<input type="text"/>	<input type="text"/>
(04) Tubérculos (batata doce, mandioca,...)	<input type="text"/>	<input type="text"/>
(05) Milho e outros cereais	<input type="text"/>	<input type="text"/>
(06) Óleo de palma	<input type="text"/>	<input type="text"/>
(07) Vinho de palma	<input type="text"/>	<input type="text"/>
(08) Peixe	<input type="text"/>	<input type="text"/>
(09) Galinha	<input type="text"/>	<input type="text"/>
(10) Porco	<input type="text"/>	<input type="text"/>
(11) Cabra, cabrito, carneiro	<input type="text"/>	<input type="text"/>
(12) Vaca	<input type="text"/>	<input type="text"/>
(13) Leite e lacticínios	<input type="text"/>	<input type="text"/>
(14) Fruta: côco, banana, manga, papaia, citrinos	<input type="text"/>	<input type="text"/>
(15) Cana de açúcar	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Outra: \_\_\_\_\_

26. Como avalia os apoios recebidos através do PISAC em função das necessidades anteriormente sentidas: 1 excelente; 2 bom; 3 suficiente; 4 insuficiente; 5 mau

	1	2	3	4	5
(01) Kits de sementes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(02) Kits hortícolas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(03) Kits frutícolas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(04) Instrumentos agrícolas (carros de mão e outro)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(05) Pulverizadores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(06) Pesticidas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(07) Poço	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(08) Fornos de secagem de peixe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(09) Armazéns para armazenagem de produtos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(10) Formação específica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(11) Programas de sensibilização temáticos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(12) Campanhas de nutrição	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(13) Fundos rotativos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(14) Apoio à transformação e venda de óleo de palma	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra: _____					

27. Que sugestões apresentaria para que o projecto pudesse ser melhorado no apoio que concede às famílias:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

28. Com a conclusão do PISAC, como encara o futuro da actividade produtiva que tem vindo a desenvolver e o consumo do agregado familiar? *resposta múltipla.*

(01) Vou continuar a produzir os mesmos produtos	<input type="checkbox"/>
(02) Vou continuar a consumir	<input type="checkbox"/>
(03) Vou deixar de produzir alguns produtos	<input type="checkbox"/>
(04) Vou deixar de consumir alguns produtos	<input type="checkbox"/>
(05) Vou voltar a produzir como antes do PISAC	<input type="checkbox"/>
(06) Depende dos apoios que tiver	<input type="checkbox"/>
(07) Não sabe	<input type="checkbox"/>
Outra: _____	

Agradecemos a sua disponibilidade para responder às questões colocadas, já que o seu contributo é muito importante para que o estudo possa ser realizado.

## Anexo 3

### Entrevista ao Coordenador Local do PISAC

**Data:** 17/03/2006

**Nome:** Leandro Júnior

**Profissão:** Engenheiro Agrónomo

**Função:** Coordenador Local do PISAC

**Organização:** Associação de Jovens Agricultores do Canchungo

#### **1. Como surgiu a ideia de criar o Projecto Integrado de Segurança Alimentar de Cacheu?**

Os jovens agricultores do Canchungo já estavam a trabalhar na área, como o Projecto PISAC ia começar e a AD era a ONG mais dinâmica, entendeu-se que a região sul do Rio Cacheu podia ser impulsionada com uma inovação. A AD apoiou actividades concretas para que os agricultores trabalhem inovando e aumentando, entrou em contacto com a Cooperativa e decidiu passar para o terreno. E foi nessa base que surgiu o projecto.

Primeiro, a AD, em colaboração com os jovens agricultores da Cooperativa, elaborou um diagnóstico para que depois se inovasse, a partir das actividades que já se praticavam. Foi a fase embrionária, mas graças à AD, que teve coragem para intervir, com animação, que foi muito importante para a criação da Federação. Assim, o beneficiário entende melhor os objectivos do projecto, através de acções de animação com efeito multiplicador, em encontros com comunidades para troca de experiências.

Foi criado um conselho consultivo, com agricultores, a AD, o IMVF, a CE, o poder tradicional, as associações e os velhos, que são os chefes de tabanca, os régulos que determinam as necessidades da comunidade: onde há mais necessidades são privilegiadas as zonas mais carentes e com mais problemas e a localização dos benefícios, como o poço ou a máquina de descasque.

O objectivo é que, com o tempo, o projecto tenha auto-sustentabilidade, passando as experiências de uma comunidade para as outras.

#### **2. Caracterize o mais detalhadamente possível a população abrangida pelo PISAC: região de Cacheu, sectores.**

É uma zona onde predominam 75 a 80% de Manjacos, com alguns Papeis, Felupes e Mancanhas junto a Cacheu.

As acções tradicionais muitas vezes acabam por emperrar o desenvolvimento porque influencia os papéis sociais na família. O homem tem problema na

bolanha, as mulheres têm de fazer transplante e quando é preciso fazer um poço, nem sempre os homens fazem e colaboram. Há casos em que os homens influenciam a prática dos preços, por exemplo do caju, e a mulher é que trabalha, mas tem de prestar contas aos homens.

Com a influência do projecto há independentização do trabalho porque os homens e as mulheres trabalham de forma aleatória mas dividida. As tarefas divididas facilitam o trabalho.

Todas as comunidades são muito pobres. O manto freático quando desce na época da seca faz com que não haja disponibilidade de água, tanto para a lavagem como para a rega. As famílias têm dificuldade em sobreviver por causa dos custos e dos preços. Na época da campanha há perdas grandes porque não fazem contas.

A maioria da população é cristã, principalmente na produção. Os animistas praticam mais o comércio e discriminam mais as mulheres.

### **3. Quais as áreas e as actividades privilegiadas na actuação do PISAC?**

As principais actividades são de agricultura, fruticultura e poços. Depois há a formação aos agricultores e associações com sensibilização às comunidades. Há actividades de produção de bens que antes tinham de comprar, como alfaces, cenouras e tomates. A formação é dada nas instalações da Associação e PISAC com vídeos e com uma preocupação sectorial, e só posteriormente nas tabancas. A formação é feita com animadores que traduzem em crioulo e depois para os dialectos locais.

### **4. Que tipo de apoios e parcerias foram conseguidos e considerados determinantes para a implementação do PISAC – nacionais, locais, internacionais?**

AD e Instituto Marquês de Valle Flôr, Ministério da Agricultura e Associação de Jovens Agricultores de Canchungo, poderes tradicionais e “homens velhos” ou régulos que dão visto de intervenção, reúnem e fazem encontros com as comunidades, dando prioridade às zonas mais carenciadas. Este é um ponto fundamental para qualquer projecto.

São os velhos nativos que dão casamentos, atribuem poderes, fazem passagem de poderes a outros. Se não houver conselho de velhos e concordância, não há projecto.

### **5. Quais as principais dificuldades ou limitações que têm sido sentidas?**

Dificuldades, em termos de animação e sensibilização, que não é um processo fácil. Em cada sector há dois animadores, em pontos fulcrais, são representantes da confederação de agricultores. Cada ponto fulcral nas tabancas faz passar a mensagem. Muitas vezes o projecto quer fazer uma actividade cultural e

não tem meios móveis para o desenvolvimento das actividades, como TV ou vídeo, e uma equipa móvel de animação com meios adequados.

#### **6. Como têm sido ultrapassadas estas dificuldades?**

Estas dificuldades não têm sido ultrapassadas porque os agricultores não entendem estes meios porque não têm acesso. Continua a haver necessidades em poços, prensas de óleo.

Há ainda actividades a desenvolver e o projecto está a finalizar por isso requer mais tempo para dar continuidade às actividades que têm sido desenvolvidas e à animação que é importante.

#### **7. De que formas tem sido promovido o envolvimento comunitário?**

Através de contactos permanentes com visitas, fazendo o ponto de situação com as comunidades, a partir das actividades que já são desenvolvidas, para incremento da produção e tornar as actividades mais produtivas.

#### **8. De que forma o projecto reduz os problemas anteriormente sentidos pelas populações?**

As populações sentem melhorias pela facilidade que os meios de inovação introduziram e permitiram.

#### **9. Quais as principais alterações promovidas na região após a implementação do projecto?**

São alterações globais, por exemplo a grande fumagem de peixe, os transportistas trabalham desde mais cedo, há agricultores que produzem hoje o que antes compravam.

Os agricultores sentem-se no seio de um projecto que lhes dá apoio e os produtores não se sentem tão desprotegidos quanto antes.

#### **10. Quais os cenários perspectivados para o futuro, no sentido de dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido (sustentabilidade)?**

Se o projecto termina, independentemente do financiamento, a comunidade tem de dar continuidade às actividades que têm sido desenvolvidas ao longo dos três anos. É fundamental um subsídio de cerca de 6 meses para que o apoio que tem sido dado às comunidades não termine de forma radical e que as populações não se sintam desprotegidas de forma repentina.

É importante continuar a apoiar com o combustível e a manutenção das motorizadas para que os animadores possam também continuar a apoiar localmente as comunidades que têm sido beneficiárias.



As comunidades têm sido sensibilizadas para o fim do projecto, pelo que ao nível das comunidades há possibilidade de se dar o seguimento.

Como sugestão poderia solicitar-se apoio para a abertura de uma loja de kits de sementes hortícolas, que seria gerida pela Associação dos Jovens Agricultores de Canchungo, mas é sempre preciso criar as condições de financiamento para apoiar e arranjar um fornecedor que ofereça preços justos.

Se houver financiamento pretendemos, na segunda fase, desenvolver animação móvel e dinamizar uma rede de produção agrícola e de transformação, embalagem e venda de produtos conseguidos por comunidades de regiões diferentes, para uma dinâmica de intercâmbio.

Também gostaríamos de criar uma feira agrícola e a realização, com o apoio e a intervenção activa da AD, de um recenseamento das famílias rurais da região para facilitar também a nossa acção. Isto não existe e é muito necessário para nós que contactamos com o terreno.

Depois e por fim, gostaríamos de solicitar condições para a inovação das actividades tradicionais, continuando a melhorar as condições de trabalho e do consumo das famílias.

## Anexo 4 Fotografias, Março 2006



Fotografia nº 1 - Associação dos Jovens Agricultores de Canchungo



Fotografia nº 2 - João e Armando, animadores e técnicos de Canchungo, e Leandro, coordenador local do PISAC



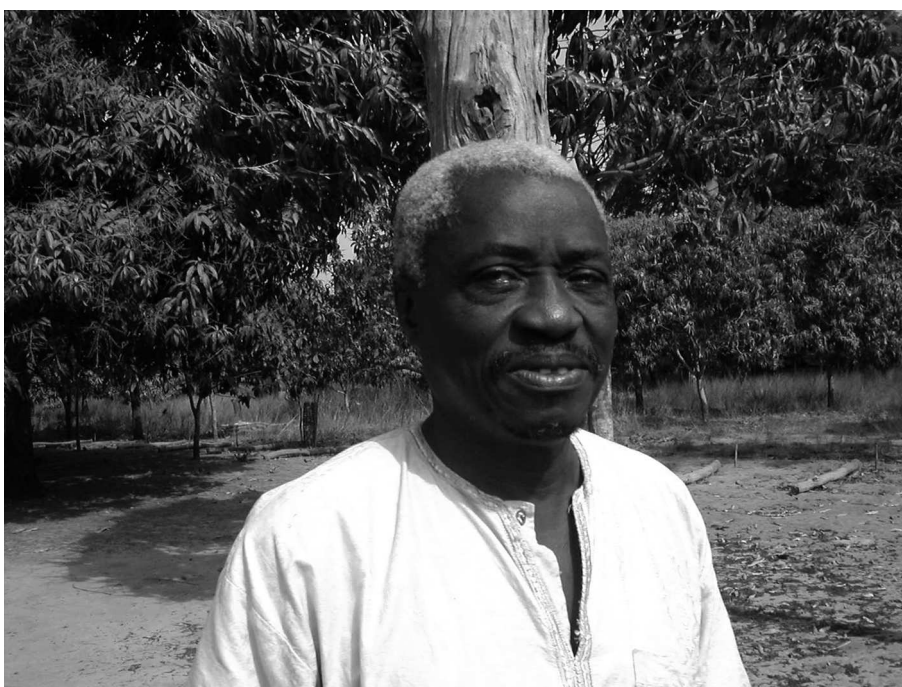
Fotografia nº 3 - Os técnicos de Caió: Adelino e Simônio



Fotografia nº 4 - Os técnicos de Calequisse: Neto e Flaviano com o “homem grande” da tabanca



Fotografia nº 5 - Momento de inquirição em Caió



Fotografia nº 6 - "Homem grande" da tabanca em Caió



Fotografia nº 7 - Tabanca em Calequisse, habitação com telhado de zinco



Fotografia nº 8 - Tabanca em Calequisse, habitação com telhado de palha



Fotografia nº 9 - Horta em Caió



Fotografia nº 10 - Mulher a trabalhar na horta em Calequisse





Fotografia nº 11 - Horta em Caió



Fotografia nº 12 - Mulheres a trabalharem na horta em Calequisse



Fotografia nº 13 - Água utilizada para rega



Fotografia nº 14 - Poço protegido na entrada da tabanca em Calequisse, benefício PISAC





Fotografia nº 15 - Forno de secagem de peixe em Calequisse, benefício PISAC



Fotografia nº 16 - Descascadora em Calequisse, benefício PISAC



Fotografia nº 17 - Mulher a embalar arroz depois da descasca, benefício PISAC



Fotografia nº 18 - Arroz descascado, resultado de benefício PISAC